

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONOMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO:
AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA UTILIZADAS PELAS PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA.**

DAIANA DOS REIS

FLORIANÓPOLIS – SC
2012/1

DAIANA DOS REIS

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO:
AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA UTILIZADAS PELAS PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Sirlândia Schappo.

FLORIANÓPOLIS – SC

2012/1

DAIANA DOS REIS

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO:
AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA UTILIZADAS PELAS PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, de acordo com as normas do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dra. Sirlândia Schappo
Departamento de Serviço Social – UFSC
Presidente

Prof^ª Ma. Cleide Gessele
Departamento de Serviço Social – UFSC
1^a Examinadora

Assistente Social Leyla Franzoni
Prefeitura Municipal de Florianópolis – Centro Pop
2^a Examinadora

**FLORIANÓPOLIS – SC
2012/1**

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Deus, por estar sempre guiando e iluminando os meus caminhos, dando-me forças em todos os momentos de minha vida e me amparado nas horas de angústia e aflição. Obrigada Deus, por estar sempre presente ao meu lado durante todo esse período tão importante para minha vida.

Agradeço aos meus queridos pais, Manoel Pedro dos Reis e Natália Nicolaça da Cunha, que sempre me deram todo carinho e apoio que precisei nos momentos em que me senti angustiada, estando sempre dispostos a me ajudar.

Ao meu melhor amigo e namorado, Rodrigo de Abreu, que me incentivou a cursar o ensino superior. Obrigada por ter a paciência de ouvir as minhas reclamações nos finais de semestre e por me consolar.

Aos amigos que conheci no curso, Daiane André de Oliveira, Manoela Bion, Fernando Arceno Martins, Rafael Cidade e Osni Nogueira Filho. Os melhores momentos da faculdade passei com vocês.

Aos amigos que trabalharam comigo na Losango, Rogéria Cacilda Conceição; Elisangela de Lima Macharete e Rodrigo Vieira, vocês são os melhores amigos. Muito obrigada pelos conselhos e por estarem sempre torcendo por mim.

A assistente social, Leyla Franzoni, que me supervisionou durante o período de estágio obrigatório I. Amei muito ter você como supervisora. Muito obrigada por contribuir para o meu processo de formação, proporcionando-me uma ótima experiência de estágio.

Agradeço a assistente social Maria Alice, que sempre esteve disposta a contribuir para o meu processo de formação profissional. Obrigada por todo apoio que você dedicou a mim.

Agradeço a Professora Sirlândia Schappo, por ter aceitado ser a minha orientadora e por ser uma ótima professora.

Agradeço as profissionais da Divisão de Serviço Social da UFSC, a todos os professores do departamento, aos profissionais do Centro Pop, a todos os meus amigos, enfim, agradeço a todos que contribuíram e me incentivaram durante todo este período e acreditaram que eu conseguiria concluir o curso de Serviço Social. Muito obrigada a todos.

REIS, Daiana dos. **População em Situação de Rua e a sua Relação com o Trabalho: As Estratégias de Sobrevivência Utilizadas pelas pessoas em Situação de Rua.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem seu estudo voltado para a temática do Fenômeno População em Situação de Rua. O objetivo deste estudo é de apresentar uma reflexão acerca do reconhecimento da população em situação de rua como sendo cidadãos trabalhadores e analisar quais as estratégias utilizadas por este segmento populacional para sobreviver nos espaços da rua. O motivo para a escolha do tema surgiu durante o período de experiência de estágio curricular obrigatório I, realizado no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP) da cidade de Florianópolis. A fim de atingir o objetivo exposto foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos, textos e pesquisas e, também, realizou-se pesquisa documental nos relatórios de atendimento do Centro Pop. Este estudo encontra-se dividido em três seções, a primeira aborda questões relacionadas ao surgimento do fenômeno população em situação de rua e as suas características. A segunda seção busca estabelecer uma compreensão da relação do fenômeno população em situação de rua e a categoria trabalho. Na terceira seção, procura-se descrever as estratégias de sobrevivência da população em situação de rua, avaliando que grande parte destas atividades estão relacionadas a atividades de trabalho, dessa forma, procura-se estabelecer uma compreensão deste segmento populacional como sendo pessoas trabalhadoras.

Palavras-chave: População em situação de rua, classe trabalhadora, estratégias de sobrevivência.

LISTA DE SIGLAS

CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de rua.
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis.
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1: Principais motivos que levam as pessoas a utilizar o espaço da rua como o seu local de moradia e sobrevivência.....	17
Gráfico nº 2: Principais discriminações sofridas pela população em situação de rua no Brasil.....	24
Gráfico nº 3: Estratégias de sobrevivência utilizadas pela população em situação de rua da cidade de São Paulo.....	44
Gráfico nº 4: Atividades de trabalho realizadas pela população em situação de rua da cidade de São Paulo.....	45
Gráfico nº 5: Principais atividades remuneradas realizadas pela população em situação de rua no Brasil.....	46
Gráfico nº 6: Faixa etária da população em situação de rua da cidade de Florianópolis.....	50
Gráfico nº 7: Escolaridade da população em situação de rua da cidade de Florianópolis.....	51
Gráfico nº 8: Procedência da população em situação de rua da cidade de Florianópolis.....	52
Gráfico nº 9: Tempo de moradia nas ruas da cidade de Florianópolis.....	53
Gráfico nº 10: Envolvimento com álcool e outras drogas.....	54
Gráfico nº 11: Possui vínculos familiares.....	55
Gráfico nº 12: Formas de trabalho e renda da população em situação de rua da cidade de Florianópolis.....	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	12
1.1. SURGIMENTO DO FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	14
1.1.1. FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: ACONTECIMENTO RESULTANTE DAS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES.....	15
1.1.2. FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: EXPRESSÃO RADICAL DA QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE.....	18
1.1.3. FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: LOCALIZAÇÃO NOS GRANDES CENTROS URBANOS.....	21
1.1.4. FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O PRECONCEITO.....	23
1.1.5. FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AS PARTICULARIDADES VINCULADAS AO TERRITÓRIO EM QUE SE MANIFESTA.....	28
1.1.6. FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A TENDÊNCIA A NATURALIZAÇÃO DO FENÔMENO.....	29
2. TRABALHO E O FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	30
2.1. CONCEITOS E O SENTIDO DO TRABALHO PARA A VIDA HUMANA.....	31
2.2. TRABALHO E O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL.....	33
2.3. MUTAÇÕES OCORRIDAS NA ESFERA DO TRABALHO E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A CLASSE TRABALHADORA.....	35
3. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: PARCELA DA SOCIEDADE QUE VIVE DO TRABALHO PRECÁRIO.....	41
3.1. ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVENCIA UTILIZADAS PELA POPOULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL.....	43
3.2. A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS.....	49
3.2.1. RESULTADO DA PESQUISA.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem sua atenção voltada para a temática Fenômeno População em Situação de Rua. O objetivo principal deste estudo é de apresentar uma reflexão acerca do reconhecimento da população em situação de rua como sendo cidadãos trabalhadores que tiveram os seus direitos violados e analisar quais as estratégias utilizadas por este segmento populacional para sobreviver nos logradouros públicos.

A proposta para abordar este tema surgiu durante o período de experiência de estágio curricular obrigatório I, realizado no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) da cidade de Florianópolis.

O Centro Pop é uma instituição pública da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) que atua com a política de assistência social, presta atendimento especializado para os cidadãos que utilizam as ruas como o seu espaço de moradia e sobrevivência. Dessa forma sua atuação está voltada para a proteção especial de média complexidade.

Durante o período de estágio obrigatório I foi possível presenciar os atendimentos realizados pela equipe de assistentes sociais da instituição e, enquanto estagiária, acompanhar o acolhimento efetivado à população usuária. Verificou-se que os principais instrumentais utilizados pela equipe técnica são as entrevistas e a observação sensível, é dessa maneira que o profissional consegue obter maior proximidade acerca da realidade dos cidadãos atendidos e, assim, efetivar os encaminhamentos necessários para o enfrentamento de suas demandas.

Foi a partir da participação nesses atendimentos que houve a oportunidade de compreender os desafios presentes no cotidiano das pessoas em situação de rua e entender algumas das causas que os levam a estabelecer a sua moradia e sobrevivência nos logradouros públicos. Sendo assim, verificou-se que os fatores que ocasionaram tal situação estavam relacionados a infortúnios diversos que ocorreram em suas vidas, porém as causas que mais chamaram atenção referiam-se ao fato de alguns estarem desempregados ou por não obterem renda suficiente que atendessem as suas necessidades básicas e, por isso, passaram a viver nas ruas.

Alguns autores, tais como Costa (2005) e Silva (2009), afirmam que os fatores que contribuem para o crescimento do fenômeno população em situação de rua estão fortemente ligados a questão do trabalho e renda desde o momento em que surgiu na história da humanidade. Esta problemática é considerada uma expressão da questão social que aparece como consequência das transformações que ocorreram na sociedade para atender exigências capitalistas.

Estudos comprovam que a sociedade brasileira e demais sociedades capitalistas tem presenciado um processo de reestruturação desde as últimas três décadas, a qual vem atingindo fortemente o campo do trabalho. As características desse processo estão ligadas às questões econômicas que visam o lucro, sendo colocadas acima das questões que procuram estabelecer melhores condições de vida para a população, sendo assim, essas mudanças não estão relacionadas com a geração de empregos. Dessa forma, esse processo tem desencadeado para a classe trabalhadora a diminuição da força de trabalho e flexibilização das relações de trabalho, deixando-os em condições vulneráveis dentro do contexto social.

Diante desta realidade verifica-se, a autora Costa (2009) afirma que é possível verificar uma grande diferença na situação de vida da população trabalhadora. Nesse contexto a sociedade torna-se dependente do consumo e o trabalho torna-se cada vez mais importante e fundamental para que os cidadãos possam manter sua sobrevivência; porém com a lógica de acumulação de capital e com as desigualdades geradas por todas estas modificações, nem todos podem ter acesso ao mundo do trabalho formal e, assim, muitos trabalhadores vêm tendo os seus direitos violados e perdendo seus empregos, passando a ficar apenas disponíveis para o mercado, para quando este precisar da sua força produtiva a custos baixos. Autores clássicos, como Castel e Marx, denominam a população desempregada como sendo “sobrantes” e “exército industrial de reserva”, Trata-se de:

Pessoas normais, mas inválidas pela conjuntura, como decorrência das novas exigências da competitividade, da concorrência e da redução de oportunidades e do emprego, fatores que constitui a situação atual, na qual não há mais lugar para todos na sociedade. (Costa, 2005, p. 2)

Atualmente as pessoas precisam estar inseridas no mercado para vender a sua força de trabalho, receber salários e, assim, consumir aquilo que é fundamental para sobreviver, porém com a redução dos seus direitos muitos cidadãos acabam tendo suas vidas atingidas pelas desigualdades ficando desempregadas e sem condições de manter sua habitação, alimentação, vestimenta, dentre outros, passando a viver em condições precárias, muitos até acabam utilizando os logradouros públicos e locais abandonados como o seu local de moradia e, dessa maneira, integram o fenômeno população em situação de rua.

Mesmo que estejam vivendo em situação de extrema vulnerabilidade social, este segmento populacional necessita de alguma forma sobreviver, dessa maneira é possível verificar que muitos recorrem a realização de atividades precárias remuneradas de origens diversas para manterem a sua sobrevivência nesse espaço.

É importante destacar que as pessoas em situação de rua, por muitas vezes, acaba sendo vítima do preconceito. Grande parte das pessoas que não vivenciam esta realidade tende a explicitar o preconceito em relação a este segmento populacional, acreditando que estes vivenciam tal situação por vontade própria, e muitos não os reconhecem como cidadãos, consideram-nos apenas como aqueles que não possuem um lugar dentro da sociedade.

Tendo como referência toda a problemática aqui abordada, pretende-se neste Trabalho de Conclusão de Curso elaborar uma discussão acerca dos aspectos que ocasionam a situação de rua na vida das pessoas; abordar questões que trazem o reconhecimento da população em situação de rua como sendo pessoas cidadãs e trabalhadoras que tiveram os seus direitos violados; e analisar as estratégias de sobrevivência utilizadas pelo segmento populacional que utiliza os logradouros públicos como o seu espaço de moradia.

Para que este estudo fosse efetivado, foi realizada pesquisa bibliográfica em textos, artigos, livros, pesquisas, dentre outros para fundamentar o debate acerca do fenômeno população em situação de rua. Realizou-se também pesquisa documental nos relatórios de atendimento do Centro Pop, com o objetivo de estudar a realidade da população em situação de rua da cidade de Florianópolis e analisar as estratégias de sobrevivência que este segmento se utiliza para sobreviver diante de uma sociedade que está inserida em uma conjuntura onde o mercado torna-se mais prioritário do que as questões que trazem melhores condições de vida para a população.

1. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Ao iniciarmos um estudo que trata sobre determinado segmento populacional cabe-nos definir uma compreensão acerca deste, trazendo uma breve contextualização histórica sobre o seu surgimento na sociedade e a realidade vivenciada pelos sujeitos que integram este grupo populacional e, dessa maneira, definir características que os identificam dentro do contexto social em que vivem.

Neste trabalho a atenção do estudo estará voltada para aquela parcela populacional que se encontra em situação de rua. Sendo assim ao pesquisar a obra de alguns autores tais como Bessa (2009), Fraga (2011), Silva (2009) e Costa (2005), dentre outros, e estudos disponibilizados por institutos de pesquisas que trazem questões e conceitos contributivos para estabelecer o reconhecimento e identificação do referido grupo, é possível afirmar que quando nos referimos às pessoas em situação de rua estamos falando de um segmento populacional composto por cidadãos que possuem origens sociais, culturais e trajetórias de vida diversificadas, porém as particularidades que os assemelham é que em determinado momento do curso de suas vidas alguma adversidade os atingiu, deixando-os em condição de extrema vulnerabilidade social passando a utilizar as ruas, espaços precários/abandonados ou albergues como sua alternativa de moradia e de sobrevivência. Trata-se de:

(...) Homens, mulheres, jovens, famílias inteiras, grupos, que têm em sua trajetória a referência de ter realizado alguma atividade laboral, que foi importante na constituição de suas identidades sociais. Com o tempo algum infortúnio atingiu as suas vidas, seja perda de emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo, fazendo com que aos poucos fossem perdendo a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia. (COSTA, 2005, p.3)

Outra forma de identificação referente a esta população, a qual foi delineada pela Política Nacional para Inclusão Social da População em situação de Rua e frequentemente é utilizada por autores que tratam sobre o assunto, refere-se a definição de que este segmento se constitui como:

Grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que os constituem procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos dos viadutos) e as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitarem, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, no curso da construção de saídas de ruas. (SILVA, 2009, p.29)

De acordo com Bottil et al (2009), no Brasil uma grande parcela da população tem a sua realidade marcada pela pobreza extrema e utilizam a rua ou locais inapropriados para a sua moradia . Estes autores afirmam também que existem “endereços tão precários (áreas faveladas, ocupações de áreas próximas a estradas e rodovias, ocupações de áreas de eminente risco, etc.) que, em última análise, facilmente rivalizam sob o ponto de vista da precariedade com qualquer logradouro público” (BOTTIL et al, 2009, p. 164)

O autor Bessa (2009), afirma que na maioria das situações os motivos que levam as pessoas a estabelecerem a sua moradia e sobrevivência nos espaços da rua e locais de risco estão relacionados a perda ou enfraquecimento dos vínculos familiares, perda de emprego, consumo abusivo de álcool, drogas ou envolvimento com outros fatores que contribuem para o seu enfraquecimento emocional e financeiro e, dessa maneira, acabam ficando sem uma moradia regular para habitação.

Embora os fatores citados acima sejam os que fortemente caracterizam o fenômeno população em situação de rua dentro do contexto da realidade brasileira, é importante destacar que essa condição de vulnerabilidade também está relacionada a diversos outros acontecimentos¹ que historicamente vem aparecendo e modificando a realidade da sociedade e, dessa forma, contribuindo para o surgimento e agravamento desta expressão da questão social.

Sendo assim, pretende-se neste capítulo compreender em qual momento e sob quais circunstâncias o fenômeno população em situação de rua surgiu na história da sociedade e compreender quais os fatores que caracterizam este fenômeno na contemporaneidade.

¹ Estes acontecimentos que contribuem para a entrada e a permanência das pessoas à situação de rua serão abordados nas demais seções deste trabalho.

1.1. SURGIMENTO DO FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A partir dos estudos realizados para compreender melhor o surgimento deste fenômeno, foi possível verificar que este tem sua origem marcada nas sociedades Europeias com a “expropriação dos produtores rurais e camponeses e sua transformação em assalariados” (SILVA, 2009,p. 96) para atender as necessidades do capital industrial que começava a surgir. Segundo a autora, os camponeses e trabalhadores rurais possuíam o seu próprio espaço para habitação e uma área para estabelecerem o cultivo de seus bens, utilizavam também as terras comuns para criarem os seus animais e retiravam materiais úteis para a sua sobrevivência, sendo que alguns deles utilizavam o seu tempo livre se dedicando ao trabalho, executando atividades para os grandes proprietários de terras e, assim, recebiam uma remuneração. Esses trabalhadores se constituíam em agricultores assalariados.

A autora destaca que no século XVIII houve um processo de mudanças em toda Europa que tinha por objetivo redefinir a economia desta sociedade e, como consequência deste processo toda a população que vivia no campo teve seus pertences e terras roubadas através de métodos violentos. As terras desses camponeses e trabalhadores rurais foram transformadas em propriedades particulares para serem utilizadas de uma maneira mais moderna e, assim, foram-se construindo grandes indústrias.

A população que vivia no campo e mantinha o seu sustento através do cultivo de bens em suas terras passaram a viver em situação de pobreza, pois não possuíam nenhum outro bem além da sua força de trabalho e, por este motivo, começaram a migrar do campo para as cidades, com a esperança de serem absorvidos pelas indústrias como trabalhadores assalariados e, dessa maneira, continuar sobrevivendo.

Segundo as afirmações de Fraga (2011), grande parte destas pessoas que migravam do campo para as cidades não foram contratadas de imediato pelas indústrias, o que, na falta de alternativa, fez com que grande parte destas passasse a viver nas ruas das cidades. Diante desta condição de pobreza que lhes foi atribuída, muitos tiveram que recorrer aos roubos e a pedir esmolas nas vias públicas para poder sobreviver. Silva (2009) destaca que toda essa situação resultou na criação de leis repressivas “contra a vadiagem” que forçavam esta população a aceitar subempregos com remunerações baixas. Essas condições de trabalho não

lhes davam a garantia de atendimento das suas necessidades básicas e não lhes davam também a possibilidade de se reconstituírem na sociedade, sendo assim, continuavam a viver em condições precárias nas ruas ou em locais de risco.

A partir das questões abordadas acima, compreende-se que o fenômeno população em situação de rua teve sua origem histórica marcada na sociedade a partir do momento em que a sociedade Europeia passou a vivenciar um processo de reformas com a revolução industrial no final do século XVIII, com a expulsão dos trabalhadores rurais e camponeses de suas terras, e absorção insuficiente desta população nas indústrias, deixando-os em situação de pobreza extrema.

Sendo assim, seu surgimento é caracterizado através das desigualdades e a pauperização, sendo esta uma questão provocada pela falta de aquisição dos bens necessários que possam atender minimamente as necessidades básicas das pessoas.

Atualmente a falta de atendimento das necessidades básicas é uma questão que influencia a entrada das pessoas no fenômeno população em situação de rua em diversas sociedades, porém estudos constataam que, além deste, há também diversos outros fatores que contribuem para o agravamento desta situação. A autora Silva (2009) ao procurar compreender as causas do fenômeno população em situação de rua na atualidade, identificou seis aspectos que caracterizam esta problemática, quais sejam: As múltiplas determinações; Expressão radical da questão social na contemporaneidade; Localização nos grandes centros urbanos; O preconceito; As particularidades vinculadas ao território em que se manifesta; A tendência a naturalização do fenômeno. Sendo assim, será abordado nos próximos itens, cada um desses aspectos delimitados pela autora.

1.1.1. FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: ACONTECIMENTO RESULTANTE DAS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES.

As múltiplas determinações é um dos aspectos delimitados por Silva (2009), o qual diz respeito às causas do fenômeno estar relacionada a uma variedade de questões adversas que

ocorrem no cotidiano das pessoas, conduzindo-as a utilizarem a rua como o seu espaço de moradia e sobrevivência.

Sendo assim, conforme assinala a autora, o fenômeno pode ser consequência de fatores circunstanciais relacionados a perdas, envolvimento em questões conflituosas, enfraquecimento emocional e outros acontecimentos que transformam significativamente a realidade dos indivíduos. Dentre estes fatores a autora destaca três como sendo os principais.

O primeiro fator diz respeito ao fenômeno estar vinculado a causas estruturais, onde há a ausência de certos meios que se constituem como relevantes para estabelecer a sobrevivência das pessoas na sociedade, tais como habitação, renda, trabalho, dentre outros. A não aquisição destes meios desencadeia fortes impactos sobre a vida das pessoas deixando-as em condições de carências e vulnerabilidade social.

O segundo fator é o de origem biográfica, onde se utiliza como referência a história de vida de determinado indivíduo, podendo-se explicar a sua realidade de vulnerabilidade social a partir dos fatos ocorridos dentro do contexto de sua história de vida. A autora Fraga (2011) ao analisar esta questão destaca que muitas pessoas podem ter realizado alguma atividade importante para a construção de suas identidades, porém em algum momento se depararam com questões que dificultaram a sua realidade cotidiana, tais como enfraquecimento dos vínculos familiares, envolvimento com drogas, doenças e demais adversidades, que contribuíram para a sua inserção à situação de rua.

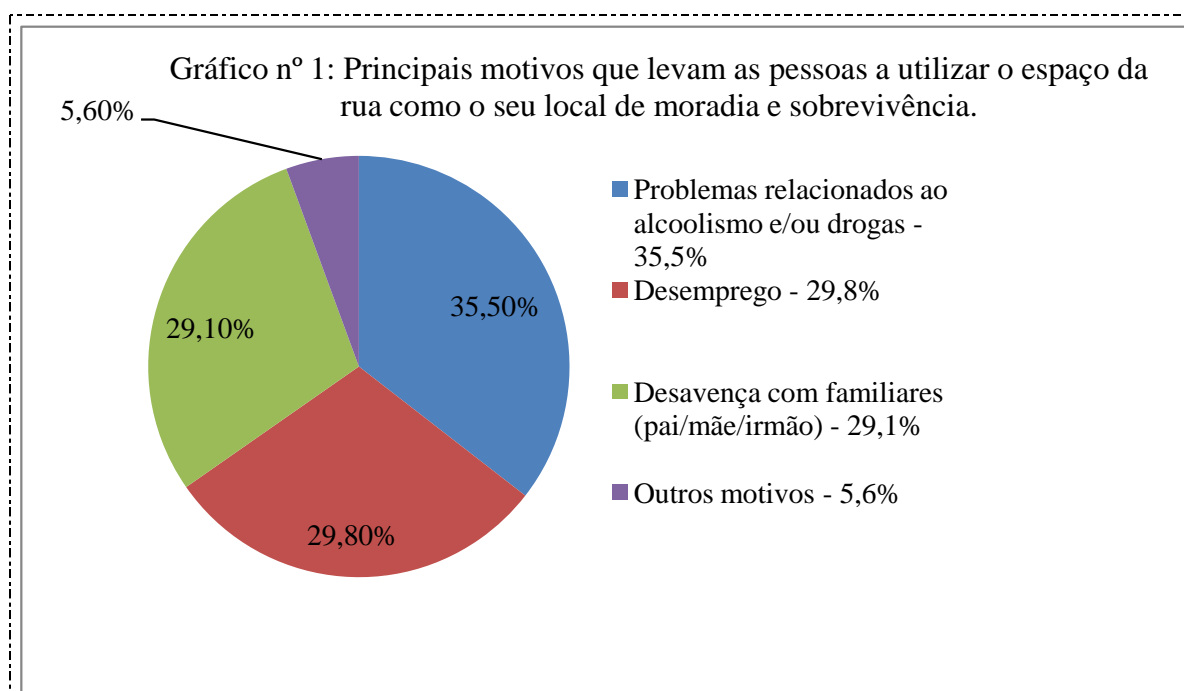
O terceiro fator diz respeito ao fenômeno estar relacionado a fatos ocorridos na natureza ou desastres em massas como, por exemplo, terremotos, inundações, e demais catástrofes que podem ocorrer repentinamente no cotidiano das pessoas. Esses acontecimentos podem fazer com que as pessoas tenham perda total dos seus bens materiais e, por não terem condição de estabelecer a sua moradia novamente acabam por se instalar nos espaços das ruas, seja de forma provisória ou permanente.

No ano de 2007 à 2008, realizou-se um estudo², que buscou levantar dados acerca da caracterização socioeconômica da população em situação de rua no Brasil³, por meio de

² Este estudo foi uma das ações prioritárias, definida pelo I Encontro Nacional Sobre População em Situação de Rua, que ocorreu em Setembro de 2005.

³ De acordo com Graziola (2011) este estudo foi efetivado em 71 cidades brasileiras, “sendo 48 municípios com mais de 300 mil habitantes, mais de 23 capitais independente do seu porte populacional e focou

entrevistas aplicadas às pessoas⁴ que estavam vivendo nesta realidade de risco social. Este estudo foi nomeado por Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Um dos objetivos desta pesquisa foi de identificar quais os principais motivos que levaram essas pessoas a utilizar os logradouros públicos e locais abandonados como o seu espaço de moradia e sobrevivência e, conforme podemos observar no gráfico número 1, a partir das respostas obtidas na pesquisa, concluiu-se que:



Fonte: Gráfico elaborado por Daiana dos Reis, em Junho de 2012, tendo como referência os dados disponíveis na Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua 2008.

De acordo com o que foi apresentado nos dados da Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua (2008), dentre o total de pessoas que participaram deste levantamento, 71,3% delas informaram pelo menos um desses três motivos, como sendo o principal fator que fortemente influenciou a sua inserção à esta condição de vulnerabilidade. Os demais informaram que os motivos seriam outros, além destes apresentados, não sabendo ou não querendo especificar quais as causas para estarem vivendo nessa realidade.

exclusivamente pessoas com 18 anos completos ou mais vivendo em situação de rua”(GRAZZIOLA, 2011, p.26). As capitais que não participaram desta pesquisa foram: São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, pelo fato de já estarem realizando um levantamento socioeconômico semelhante a este com a população em situação de rua.

⁴ Foi identificado, através desta pesquisa, o total de 31.922 pessoas adultas vivendo em situação de rua.

Com estas informações é possível avaliar que as principais causas que levam as pessoas a morar e sobreviver nos espaços da rua estão em sua maioria relacionados aos fatores de origem estrutural e biográfica. Fraga (2011, p.29) analisa que estes fatores que dão origem a condição de rua, por muitas vezes podem estar entrelaçados uns nos outros, ou seja:

Um pode ser causa ou consequência do outro. Exemplificando, pode-se dizer que em alguns casos o rompimento ou fragilização dos vínculos familiares podem estar vinculados ao desemprego e/ou ao alcoolismo e uso de drogas, ou vice e versa. Estes fatores de forma isolada ou inter-relacionados podem conduzir o indivíduo a situação de rua. (FRAGA, 2011 p.29)

Embora a Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua (2008) tenha identificado que a causa do fenômeno esteja vinculada fortemente a fatores de ordem estrutural e biográfica, é possível verificar também que, a partir das análises de Silva (2009), os motivos que contribuem para o agravamento desta situação tem se apresentado sob diversas formas na sociedade, sendo que um, como já visto anteriormente, pode ser causa e consequência do outro. Os estudos procuram apresentar sempre algumas das principais questões, sendo elas as mais expressivas, que levam as pessoas a habitarem nesta situação, porém, como foi visto, há muitos outros fatores que levam as pessoas a viverem nos logradouros públicos, e é por isso que a autora Silva (2009) denominou este fenômeno como sendo um processo resultante de múltiplas determinações.

1.1.2. FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: EXPRESSÃO RADICAL DA QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE.

O segundo aspecto identificado por Silva (2009) refere-se ao fato deste fenômeno ser uma expressão radical da questão social na contemporaneidade, ou seja, este aspecto é entendido pela autora como sendo uma nova expressão da questão social, pois com as transformações que vem ocorrendo desde a década de 1970 em diversas esferas da sociedade para se estabelecer novas formas de acumulação de capital, vem surgindo como

consequências dessas mudanças novas formas de desigualdades na sociedade, as quais contribuem para o agravamento da pobreza.

Para entender melhor este aspecto, faz-se necessário estabelecer uma breve contextualização acerca do surgimento da questão social na história da sociedade e assim entender o que se compreende por questão social na contemporaneidade e o fenômeno população em situação de rua como sendo resultado desta problemática.

Os estudos que abrangem a temática da questão social apontam que esta aparece na história da humanidade no final do século XVIII, tendo como expressões as desigualdades que os trabalhadores rurais e camponeses passaram a vivenciar com o início da revolução industrial. A “questão social” assim nomeada pela primeira vez [...] tem origem na Europa, a partir das grandes transformações sociais, políticas e econômicas advindas da revolução industrial”. (STEIM, 2010, p.134)

É nesse determinado momento que as pessoas começaram a ter sua realidade marcada pela pobreza e miséria. Essa situação foi uma consequência da pauperização que se originava “pela absorção insuficiente nas indústrias, da mão de obra das pessoas expulsas do campo”. (BESSA, 2009, p. 84)

Porém, Steim (2010) afirma que nesse período a pobreza ainda não aparecia como um problema social para o Estado e para as indústrias, ela “era considerada um fenômeno natural e necessário, no sentido de tornar os pobres laboriosos e úteis à acumulação de riquezas das nações em formação” (STEIM, 2010, p. 135), dessa forma criavam-se medidas repressivas que obrigavam as pessoas pobres a aceitarem trabalhos precários e salários baixos, fazendo com que não tivessem condições de procurar melhores oportunidades e, assim, garantiam a produção e a acumulação de capital.

Sendo assim, é possível compreender que as condições de vulnerabilidade e pobreza as quais as pessoas passaram a vivenciar nesse período são derivadas da forma de organização capitalista e se constituem como expressões da questão social, as quais eram necessárias para garantir o acúmulo de capital. Dessa maneira, a questão social é indissociável da sociedade capitalista, suas expressões condensam múltiplas desigualdades [...] colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (IAMAMOTO, 2009, p.16)

A acumulação capitalista se reproduz com a existência de pessoas que não são envolvidas no processo de produção (diretamente), servindo a manutenção da demanda/oferta de trabalho e o controle de salários. Dessa maneira a ‘situação de rua’ surge no contexto da pauperização generalizada ocorrida na Europa, no século XVIII, fruto da ‘questão social’. [...] O problema do desemprego ou da falta de trabalho com remuneração que atenda minimamente as necessidades das pessoas trabalhadoras (e de suas famílias) é um fator que influencia a situação de rua. (BESSA, 2009, p. 84 - 85).

O autor mencionado afirma que na sociedade brasileira as consequências negativas advindas pela falta de oportunidades de emprego ou pela baixa quantia que o mercado paga aos seus trabalhadores começa a ter mais visibilidade a partir da década de 1970 com as transformações ocorridas em diversos segmentos da sociedade para enfrentar a crise de capital, intensificando os problemas sociais existentes no contexto do país, surgindo assim uma nova questão social. Dessa maneira Steim (2010, p. 147), ressalta que “a nova questão social decorre do crescimento do desemprego e do surgimento de novas formas de pobreza. Tem como parâmetro o desenvolvimento do modelo de acumulação de capital e métodos de gestão econômica e social”.

Diante do exposto é possível compreender que o novo modelo de acumulação adotado para enfrentar a crise de capital, o qual obtinha como estratégia fundamental o enfraquecimento dos direitos dos trabalhadores e a precarização da produção é o principal fator que estabeleceu novas formas de desigualdades na sociedade, sendo estas denominadas como expressões da nova questão social.

Segundo as reflexões de Sudbrack (2004) a desigualdade social que habita na sociedade brasileira é a principal razão para que haja o aumento da pauperização e, conseqüentemente, o motivo para que os cidadãos passem a viver em condições precárias utilizando as ruas como o seu espaço de moradia. O que gera essas desigualdades é a má distribuição de renda e, segundo o autor, “o Brasil possui a pior distribuição de renda dentre os países de mais de 10 milhões de habitantes”, sendo este um fator que também determina o agravamento da nova questão social na sociedade.

Assim, Steim (2010, p.148) afirma que “a nova questão social se manifesta por meio do enfraquecimento da condição salarial e o desemprego”, pois a falta de trabalho e a baixa

remuneração diminuem as condições dos trabalhadores manterem a suas necessidades básicas, fazendo com que muitos passem a viver em situação de pobreza extrema chegando a utilizar os logradouros públicos como o seu local de moradia e sobrevivência.

Com toda a problemática aqui abordada, avalia-se então que o fenômeno população em situação de rua se constitui como uma expressão radical da questão social, desde o seu surgimento até a contemporaneidade. Porém este fenômeno tornou-se mais agravante e expressivo na atualidade a partir da década de 1970 com a redução dos postos de trabalho e com a má distribuição de renda por conta do processo de globalização e das modificações ocorridas em diversos setores da sociedade para atender os interesses capitalistas, resultando a população trabalhadora o aumento de desigualdades sociais e, dessa forma, gerando novas formas de pobreza, deixando-os em condições difíceis para manter suas necessidades básicas e, assim, passando a recorrer aos espaços da rua como o seu local de moradia e sobrevivência. Desta forma o fenômeno é compreendido como expressão radial da questão social na contemporaneidade.

A questão social [...] desde o início dos anos oitenta, o crescimento do desemprego e o aparecimento de novas formas de pobreza parecem, de forma contrária, levar-nos tempo atrás. Mas ao mesmo tempo, vê-se claramente que não se trata de um simples retorno aos problemas do passado. Os fenômenos atuais de exclusão não remetem as antigas categorias da exploração. Assim surge uma nova questão social. (PASTORINI, 2004, p. 51)

1.1.3. FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: LOCALIZAÇÃO NOS GRANDES CENTROS URBANOS.

O terceiro aspecto característico do fenômeno população em situação de rua, identificado por Silva (2009), diz respeito a uma situação que, segundo a autora, é bastante comum ocorrer nos grandes centros urbanos, a qual refere-se a questão da migração.

De acordo com a autora, é bastante comum esta população migrar de suas cidades para os grandes centros urbanos⁵, pois é nesses locais que há maior localização de estabelecimentos comerciais, o número de habitantes é maior, e normalmente atraem muitos turistas na temporada. Sendo assim, é nos grandes centros urbanos que há maior circulação de capital e onde gera-se mais empregos (mesmo que seja oferecido de forma precária) e isso faz com que grande parte da população seja atraída para estas localidades.

Conforme analisa Fraga (2011), a migração dos indivíduos para os grandes centros urbanos é uma realidade que está presente na sociedade desde o momento que os camponeses e trabalhadores rurais tiveram que se deslocar de seus territórios para as áreas urbanas a procura de trabalho.

De acordo com Bessa (2009), a infraestrutura, a arquitetura e a geopolítica das grandes cidades explicitam a característica de que estes locais possuem maior circulação de capital e oferecem mais oportunidades de emprego. Isso faz com que as pessoas, sejam elas integrantes do fenômeno população em situação de rua ou não, sintam-se atraídas para viver nessas localidades.

Mesmo que seja de forma precária, a geração de trabalho e renda por iniciativa própria ou por meio de grupos organizados, cooperativas, associações e outras organizações sociais não governamentais, são mais diversificadas. Como exemplo, pode-se perceber que quantidade de materiais recicláveis descartados nas grandes cidades e a formação de cooperativas para a coleta tem influenciado no crescente número de cidadãos e cidadãs em situação de rua que tem como principal forma de subsistência essas atividades. A concentração de pessoas em áreas comerciais, bancárias, religiosas e de lazer facilita a venda de mercadorias de baixo valor comercial, guarda carros, obtenção de doações. Instituições filantrópicas que fornecem alimentação e abrigo também são encontrados em grandes áreas urbanas, bem como uma arquitetura que possibilita maior proteção, comparando-se a pequenas cidades. (BESSA, 2009, p.87)

Essas condições levam grande parte das pessoas a querer viver nos grandes centros urbanos, criando-lhes expectativas de mudarem a situação de sua vida, através das

⁵ De acordo com a Política Nacional Sobre População em Situação de Rua (2008), grande parte das pessoas em situação de risco social que participaram deste estudo (54,2%) vieram de outras localidades, sendo que deste total a maioria (72%) veio de locais próximos (áreas urbanas), desta forma constatou-se que a migração não é decorrente do campo para a cidade.

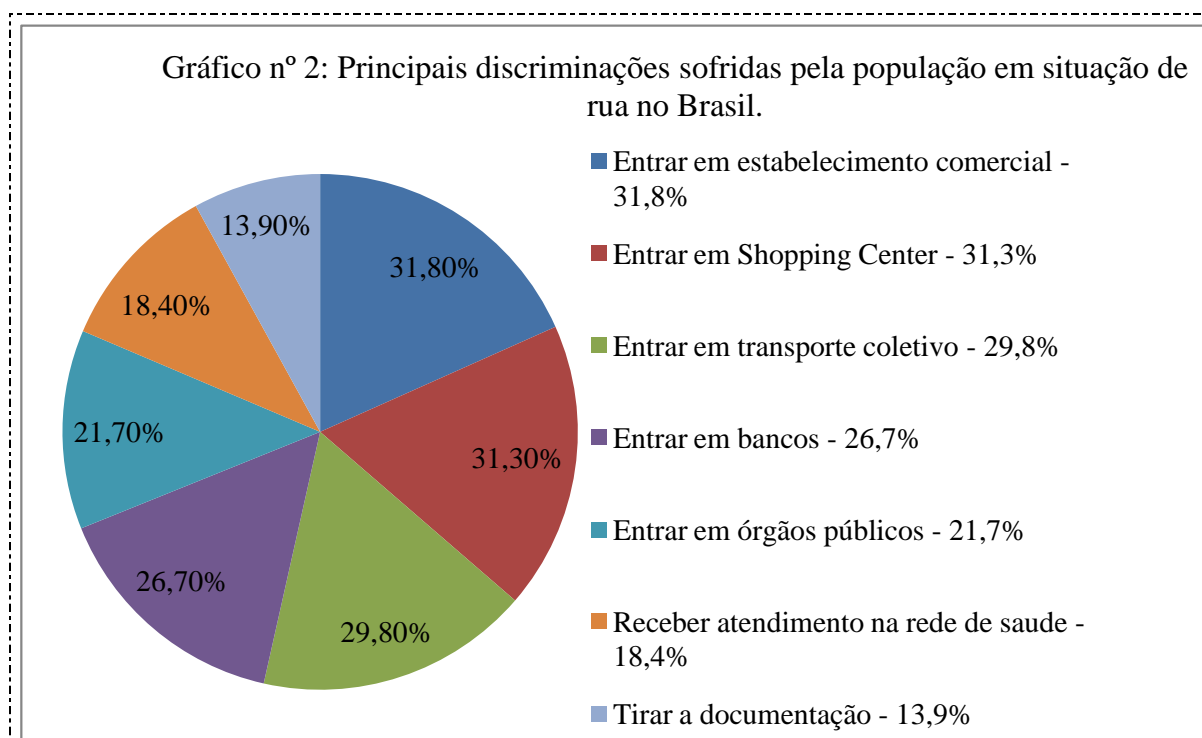
oportunidades que podem ser oferecidas, porém muitos ao chegarem nos centros urbanos se deparam com uma realidade contrária ao que imaginavam. As formas de geração de emprego e renda são insuficientes para atender as suas necessidades, fazendo com que permaneçam ou entrem para o fenômeno população em situação de rua.

1.1.4. FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O PRECONCEITO

O quarto aspecto característico do fenômeno população em situação de rua, identificado pela autora, diz respeito ao preconceito existente em relação aos indivíduos que vivenciam esta realidade. São diversas as formas de discriminação estabelecidas na sociedade, ao se referir a este segmento populacional. “As pessoas que estão vivendo nas ruas estão em pobreza extrema e a sociedade em geral, tende a criminalizar a pobreza e a explicitar os preconceitos.” (OLIVEIRA, 2011, p.1).

Coforme abordagens anteriores foi possível observar que desde o momento que surgiu as sociedades pré-industriais, contexto da acumulação primitiva, quando os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras, marca o início do fenômeno população em situação de rua, constata-se que o preconceito direcionado a esta parcela da sociedade é expresso através das designações pejorativas para identificá-los no contexto social, tais como vagabundos, mendigos, pedintes, ladrões, perigosos dentre outros termos que até os dias atuais ainda são utilizados em nossa linguagem.

Atualmente não é apenas por meio da linguagem que os preconceitos em relação a população em situação de rua são expressos. A Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua (2008) ao investigar os aspectos relacionados ao preconceito vivenciado por este segmento populacional, identificou que na sociedade brasileira as formas de discriminação que essa população vivencia ou já vivenciou estão em sua maioria relacionadas ao seu impedimento de entrar em “estabelecimentos públicos e privados, bem como ao acesso de retirada de documentos” (Fraga, 2011, p.33). Os dados referente a este levantamento pode ser observado no gráfico abaixo.



Fonte: Gráfico elaborado por Daiana dos Reis, em Junho de 2012, tendo como referência os dados disponíveis na Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua 2008.

Conforme afirma Fraga (2011), as dificuldades encontradas pela população em situação de rua no seu cotidiano excedem as questões relacionadas a humilhação e desrespeito, tendo em vista que muitos são impedidos de acessarem direitos sociais, agravando-se, assim, o índice de desigualdades sociais. “O preconceito torna-se, portanto, uma espécie de barreira que faz com que o indivíduo sinta-se intimidado a exercer seu direito de ir e vir, de efetuar transações bancárias, de consumir e até mesmo de procurar os serviços de saúde” (FRAGA, 2011, p. 33)

Segundo as afirmações de Bessa (2009), alguns Estados brasileiros, por considerarem essa população extremamente perigosa, recorrem a práticas higienistas com o intuito de eliminar esta problemática da sociedade, utilizando-se de métodos violentos tais como “massacres, extermínios ou recolhimento forçado das ruas” (BESSA, 2009, p. 88).

Sudbrack (2004) afirma que diversos municípios brasileiros tem adotado a prática de remoção forçada dos moradores de rua dos locais que estão vivendo e direcionando-os para localidades mais pobres, muitas vezes essas cidades recorrem ao extermínio desta população.

O autor destaca que o extermínio da população em situação de rua no Brasil ocorre principalmente nas grandes cidades, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife.

A violência em relação a certas camadas da população nacional tem origem em práticas antigas, como, por exemplo, aquelas existentes durante o regime colonial e o período escravocrata. Com efeito os índios, e os escravos negros foram vítimas da violência dos agentes do Estado, durante mais de cinco séculos, sendo muitas vezes eliminados fisicamente. Na república implantada em 1889, a repressão policial contra os desfavorecidos destaca-se, sobretudo, nos períodos de autoritarismo político, como o Estado Novo (1937) – 1945) e o regime militar (1964 – 1985). Se a partir dos anos 20 e 30, inicialmente os anarquistas, depois, os comunistas, se durante o regime militar, todos que se opunham a este, eram considerados como “inimigos da sociedade” e, portanto, objeto de uma forte repressão, nos anos 80, a população em situação de rua passaram a constituir esse grupo “perigoso”, o que eneeja um controle social severo dos mesmos com apelo, inclusive a eliminação física. (SUDBRACK, 2004, p. 23)

Grande parte da população não integrante do fenômeno população em situação de rua é a favor da remoção ou extermínio deste segmento populacional, pois acreditam que estes não passam de ladrões, mendigos e que se encontram nessas condições de vulnerabilidade por opção própria, que há oportunidades de desenvolverem atividades que possam mudar suas condições de vida mas que esses não querem aproveitá-las, creem que a inserção no fenômeno é fruto de escolhas individuais.

Esse olhar negativo que parte da sociedade estabeleceu em relação à realidade destes cidadãos é, por muitas vezes, resultado dos conhecimentos errôneos e imagem negativa que nos é agregada através de diversos meios de comunicação, fazendo com que se estabeleça um conceito discriminatório a respeito desta população. Mas se desconstruirmos esse olhar de senso comum e fazermos uma análise da situação, avaliando os processos e transformações históricas que vem ocorrendo na sociedade, vamos compreender que a realidade desses sujeitos não é resultado de uma simples escolha individual, mas sim resultado de uma problemática social que historicamente culmina em nossa sociedade. “Trata-se de um mundo social que não é criado ou escolhido pelas pessoas que vivem nas ruas” (Costa, 2005, p.4), mas sim de uma realidade que foram obrigados a encarar por conta dos acontecimentos que modificaram o seu cotidiano.

Desta forma, ao pensarmos a respeito do fenômeno população em situação de rua, cabe destacá-lo como uma das expressões da questão social que nossa sociedade enfrenta, assim como tantas outras devido as transformações históricas que ocorrem dentro das sociedades. Algumas abordagens nos remetem a pensar também que esse fenômeno é resultado do processo de exclusão social que está impregnado em nossa sociedade e que esses sujeitos necessitam de uma estratégia de enfrentamento das suas demandas para que sejam “inseridos” novamente a sociedade.

Os termos inclusão social, exclusão social e as demais expressões similares a essas são constantemente utilizadas em nosso vocabulário quando nos referimos a questões caracterizadas pelas carências e problemas sociais que imperam em nossa sociedade. O motivo pelo qual utilizamos esses termos, muitas vezes em estudos que desenvolvemos ou em debates que participamos, tem como objetivo contribuir para o entendimento e enfrentamento destas questões. Porém esses conceitos causam contestação para alguns autores, pois ao utilizar esses termos nos dá a idéia de que as pessoas que se encontram em condição de risco social não são cidadãs e vivem fora da sociedade, dessa forma ao utilizar esses termos estamos tratando essa população com discriminação reproduzindo o preconceito existente em relação e eles em nossa linguagem.

Sendo assim cito aqui o autor Bessa (2009) que elaborou uma problemática em torno dessas expressões. O autor enfatiza que temos de pensar sobre o uso dessa expressão no cotidiano, suas controvérsias e implicações sociais.

Muitas vezes as modificações que ocorrem no âmbito social, político e econômico geram transformações radicais dentro das sociedades, onde na maioria das vezes o índice de desigualdades acaba se elevando cada vez mais, tais como desemprego, injustiça entre outros problemas sociais que deixam as pessoas inseguras ou em situação de risco social. Costumamos dizer que aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade são vítimas do processo de “exclusão social”.

O autor Bessa (2009) traz em sua discussão uma série de questionamentos referentes a essa expressão, que perdura em nossa linguagem. “O que é exclusão social?”

Se social é concernente à ‘sociedade’, a uma sociedade formada por seres humanos, ao conjunto de cidadãs e cidadãos de um país, como alguém pode ser ‘excluído’ da

‘sociedade’? Como pode existir ‘exclusão social’? Como é possível dizer que se está ‘fora’, se na verdade está ‘dentro’? (BESSA, 2009, p. 57)

De acordo com as reflexões do autor, essas expressões que utilizamos de uma maneira tão naturalizada ao tratar sobre os problemas sociais, deveria nos deixar de certa forma incomodados, pois quando falamos que uma pessoa foi vítima do processo de exclusão social, certamente estamos querendo que seja feita justiça à ela, porém considerá-los excluídos da sociedade por conta de um processo de desigualdades, é também uma forma de tratá-los com injustiça e preconceito.

A utilização dessas expressões que nos parecem contribuir positivamente para os debates de mudança da realidade dos cidadãos em risco social devem ser avaliadas e tratadas com atenção.

Certamente os trabalhos e debates sobre a ‘exclusão social’, tanto do ponto de vista teórico quanto de análises práticas, dão visibilidade à problemática social. (...) A nomeação da ‘exclusão social’ trabalha em um sentido positivo ao provocar a exigência da inclusão social. (BESSA, 2009, p. 71)

As pessoas em situação de rua não são vítimas de um processo de exclusão social⁶ e sim de uma variedade de questões advindas das desigualdades sociais geradas pela acumulação capitalista que se agravam na sociedade. Dessa forma, esse grupo deve ser tratado como cidadãos integrantes da sociedade, que tiveram os seus direitos violados por conta dos problemas sociais vindos do modo em que o país e a sociedade se organiza político, social e economicamente. “Essas pessoas são cidadãs e precisam ser reconhecidas e tratadas dessa maneira” (BESSA, 2009, p. 71).

Cidadãos e cidadãs são seres humanos membros de um Estado e possuem direitos (sujeitos de direito) civis, políticos e sociais. O não cumprimento desses direitos implica falha do Estado e do corpo social como um todo. Não cabe penalizar a quem

⁶ Embora esteja afirmando neste respectivo trabalho que as pessoas em situação de rua não devem ser caracterizadas como sendo vítimas de um processo de exclusão social, mas sim das desigualdades sociais existentes na sociedade, cabe salientar que em alguns momentos serão utilizados referências de autores que utilizam estas terminologias em suas obras.

não teve o direito assegurado (garantido, atendido) tirando daquela pessoa o ‘direito a ter direitos’, tornando-a uma ‘não cidadã’. (BESSA, 2009, p. 66).

Para caracterizar o fenômeno a expressão mais correta é situação de rua, pois, assim como afirma Fraga (2011, p.15), “por ser utilizada pela maioria dos autores que pesquisam sobre o tema” e também depois de avaliar as demais denominações e conceitos sobre o fenômeno, esta definição apresenta ser mais viável para assinalar este processo. Cabe ressaltar que não se está associando a pessoa a rua, mas apenas identificando-as como vítimas de um problema social, o qual foram conduzidas a viver uma “condição provisória”, assim como afirma Bessa (2009). Dessa forma ao identificá-los dessa maneira não se estará reproduzindo o preconceito utilizado em linguagens referente a essa população.

1.1.5. FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AS PARTICULARIDADES VINCULADAS AO TERRITÓRIO EM QUE SE MANIFESTA.

O quinto aspecto característico do fenômeno população em situação de rua, apresentado por Silva (2009) diz respeito a este fenômeno estar vinculado com as particularidades existentes ao território em que se manifesta, ou seja, cada região do Brasil possui suas características e particularidades tais como variações climáticas, decorrência “dos hábitos, dos valores e das características socioeconômicas, culturais e geográficas predominantes em determinado território” (SILVA, 2009, p.121).

Sendo assim compreende-se determinadas características atribuídas a cada região do país influenciam no modo em que se estabelece o perfil socioeconômico de determinada pessoa, no tempo em que permanecem nas ruas e nas estratégias em que utilizarão para sobreviver nas ruas.

1.1.6. FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A TENDÊNCIA A NATURALIZAÇÃO DO FENÔMENO.

O sexto e ultimo aspecto identificado pela autora diz respeito ao fenômeno ser um processo natural que ocorre na sociedade, ou seja, este fenômeno não é visto como uma expressão da questão social que surgiu com a forma de estruturação capitalista, mas sim como um processo resultante de problemas particulares dos indivíduos que se encontram nesta situação. Desta forma este processo é compreendido como sendo resultado de causas individuais, onde o individuo acaba sendo responsabilizado por se encontrar nesta situação. Desta forma além de naturalizar o fenômeno, reproduz-se o preconceito existente a esse segmento populacional.

Ao avaliar os seis aspectos identificados por Silva (2009) é possível concluir que a situação de rua, ao contrário do que muitos pensam, não é resultado de escolhas individuais, esta realidade possui como eixo determinante o modo de como a sociedade vem transformando e modificando a categoria política, social e econômica de uma maneira que possa se adaptar as exigências do capital e, assim, da globalização e avanço das tecnologias, tendo como objetivo primordial garantir riquezas à classe dominante e deixando a classe trabalhadora em condições desfavorecidas, de vulnerabilidade social.

Sendo assim, para compreender melhor essa realidade como sendo proveniente dessa dinâmica de reorganização e transformações ocorridas nessas esferas da sociedade e, principalmente, como sendo uma expressão da questão social que surge nas sociedades capitalistas a partir de sua relação capital/trabalho, o próximo capítulo irá abordar especificamente sobre a questão trabalho como sendo um fator que determina o modo vida das pessoas.

2. TRABALHO E O FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Os estudos realizados neste capítulo acerca da categoria trabalho apontam que este elemento desde o momento em que surgiu na história da humanidade tem se constituído em uma atividade de extrema importância para a sociedade, pois é por meio do trabalho que as pessoas conseguem obter subsídios para atender as suas necessidades básicas.

O trabalho começou a se constituir em uma categoria fundamental para o ser humano a partir do momento em que o homem passou a se apropriar da natureza e transformá-la em objetos úteis que pudessem atender as suas exigências subjetivas de sobrevivência. Anos mais tarde a força de trabalho passou a ser compreendida como uma espécie de “mercadoria”, pois o ser humano já não executava mais seus esforços produtivos a fim de construir objetos que viessem atender as suas necessidades individuais, a sua força de trabalho passou a ser vendida às empresas e em troca recebiam salários que serviam para consumir aquilo que seria útil para a sua subsistência.

Cabe ressaltar que, além de atender as necessidades humanas, o trabalho também se compõe em uma categoria de extrema importância para estabelecer o processo de sociabilidade entre os cidadãos e, através desse processo, vem contribuindo para constituição das sociedades. Sendo assim, a categoria trabalho pode ser colocada como um objeto de estudo fundamental para compreender o desenvolvimento de determinada sociedade e, dessa maneira, dar explicações a existência de acontecimentos que ocorrem na esfera política, social e econômica, e também esclarecer o surgimento de certas problemáticas dentro da sociedade.

De acordo com os bibliografias que abordam esta temática, é possível observar que no contexto atual da sociedade brasileira para que um indivíduo possa obter sua alimentação, moradia vestimenta e demais meios que garantam a sua segurança e conforto, é necessário que este trabalhe e tenha renda que possa suprir todas essas necessidades, porém desde a década de 1970 a categoria trabalho vem sendo reorganizada de uma maneira que atenda as exigências econômicas, desencadeando ao segmento que vive do trabalho a diminuição dos seus direitos e salários, redução de empregos, precarização nas formas de estabelecer a produção. Dessa maneira a classe trabalhadora, vem tendo sua segurança fragilizada,

resultando no aumento das desigualdades sociais, deixando-os em condições vulneráveis de risco social e, assim, inseguros no que diz respeito ao modo de manter a sua sobrevivência, implicando na criação de estratégias que lhes garantam a obtenção de uma renda.

Sendo assim, pretende-se neste capítulo estabelecer uma compreensão acerca da importância do trabalho para a sociedade e compreender a sua relação com o fenômeno população em situação de rua.

2.1. CONCEITOS E O SENTIDO DO TRABALHO PARA A VIDA HUMANA

O trabalho desde o seu surgimento tem se constituído em uma categoria extremamente importante para estabelecer a vida dos seres humanos no contexto social, pois é através dele que “os homens, impulsionados pelas necessidades vitais, apropriam-se da natureza e produzem os bens necessários a sua manutenção, que lhes dão condições de existir, de se reproduzir e de fazer história” (BULLA, 2003, p.2). A categoria trabalho também se constitui como um elemento central que contribui para a construção das relações sociais e para a constituição das sociedades.

Por obter esta relevância para a sociedade, Cardoso (2011) afirma que esta categoria se transformou em um objeto de estudo que vem ocupando espaço significativo nos debates e pesquisas que procuram analisar e classificar as complexas manifestações que ocorrem em uma determinada sociedade, e assim compreender as diversas formas de organização dessa sociedade e entender o indivíduo na vida social. Dessa forma, ainda estando de acordo com a afirmação de Cardoso (2011), o trabalho se impôs em nossa realidade como categoria central e fundamental para o entendimento do homem em sua relação com a natureza e a formação da consciência, e também para compreender a sociedade.

O autor enfatiza que autores como Hegel sustentam a ideia de que inicialmente o trabalho se constituía apenas como um fator intermediário para a vida humana, o qual obtinha a finalidade de fornecer contribuições para a formação da consciência do homem através do processo de apropriação da natureza e idealização de planejamentos para transformá-la em objetos úteis.

O processo de dominação sobre a natureza e de sua transformação em objetos úteis, é um procedimento que exige do homem o dispêndio de suas energias físicas e mentais para planejar e executar o que pretende fazer como meio que dominou. É neste sentido que o autor afirma que “é através do trabalho que o homem é capaz de decodificar a natureza de modo a aproveitá-la instrumentalmente.” (CARDOSO, 2011, p. 266).

Dentro desta lógica entende-se que o trabalho surgiu na vida humana como um instrumento que viesse atender as necessidades básicas individuais, onde o ser humano se apropriava da natureza e a transformava em objetos úteis para estabelecer a sua comodidade. Porém, na concepção de Cardoso (2011, p.267) “o trabalho é pensado como elemento de mediação entre as necessidades subjetivas e as necessidades do outro”, ou seja, esta categoria além de propiciar o atendimento das exigências particulares do indivíduo através da relação entre homem e natureza, transformando-a em objeto útil; esse elemento pode adquirir também a finalidade de atender as demandas de outros sujeitos, onde o homem transforma os meios naturais de modo a adaptá-lo a uma forma que seja útil para atender as exigências do outro, dessa forma se estabelece a troca de uma mercadoria pela outra. Esse processo é um fator importante, pois contribui para que se estabeleça as relações sociais.

Sendo assim, o trabalho historicamente vem obtendo dois sentidos importantes para a vida humana, o primeiro é compreendido como um meio que permite que o homem possa criar condições de sobrevivência, e o segundo sentido, decorrente do primeiro, é de contribuir para que se estabeleçam as relações sociais. “Satisfeitas as primeiras necessidades, surgem outras, exigindo novas soluções, que direcionam o homem nas relações com os outros homens.” (BULLA, 2003, p 2)

O trabalho pode ser visto pelo menos sob duas perspectivas. A primeira se refere à relação, observável em qualquer momento histórico, entre o homem e a natureza, transformando-a em algo útil. A ação humana de transformar a natureza para seu próprio proveito implica também na transformação do próprio homem. Tal condição se reconfigura em vários momentos históricos, que se diferenciam, e constitui a segunda perspectiva: a relação social entre os homens. (HELOANI, 2003, p. 124)

Tendo em vista que o trabalho se constitui dentro da sociedade como um elemento que tem como objetivo atender as necessidades humanas e, conseqüentemente, estabelece o

processo de relação entre um indivíduo e outro, é possível concluir que esta categoria, portanto, vem sendo construída no contexto social como:

[...] uma condição básica de toda a história da humanidade, uma vez que uma sociedade não para de consumir nem de produzir, pois as necessidades sociais e as formas de satisfazê-las são produtos históricos, portanto são criadas continuamente e variam de país para país. E mesmo as necessidades naturais de alimentação, roupa, aquecimento, habitação etc. variam de um país para outro de acordo com as condições climáticas, culturais ou de outra natureza. Como o atendimento das necessidades é feito por meio do trabalho humano, este se torna condição fundamental da vida humana e da história da humanidade. (SILVA, 2009,p. 42)

De acordo com as afirmações de Bulla (2003) o processo de trabalho ao direcionar o ser humano à estabelecer as relações sociais como um ser social e histórico com os demais sujeitos, esta atividade contribui para o indivíduo desenvolva a sua práxis, sendo esta uma atividade material onde o homem constrói o seu mundo e transforma a si mesmo determinando o seu modo de vida. Sendo assim, “através de contínuas transformações das condições sociais, realizadas pela práxis humana, foram sendo gerados os progressos econômico e social, bem como toda uma cultura” (BULLA, 2003,p. 2). Dessa forma, para sobreviver na sociedade a população necessita do trabalho, diante desta realidade o trabalho vem se constituindo então em uma categoria de extrema importância para a humanidade, tanto para sobreviver quanto para estabelecer o processo de sociabilidade e construção das suas identidades.

2.2. TRABALHO E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CAPITAL

Para compreender o trabalho como sendo um processo de produção de capital, é necessário entender também a forma que o ser humano definiu como condição principal para adquirir riquezas (dinheiro). Esse processo de aquisição de riquezas teve seu início marcado, de acordo com as afirmações de Silva (2009, p.44), a partir do momento em que as produções do trabalho passaram a se constituir como mercadorias, servindo como objeto útil à outra

pessoa. Dessa forma, através das relações sociais, se estabelecia o processo da troca de uma mercadoria por outra.

Conforme já visto anteriormente, os produtos do trabalho possuem o valor de uso, pois este foi construído com a finalidade de atender as necessidades básicas subjetivas de quem a construiu. As mercadorias, assim como os produtos, também possuem um valor de uso para quem vai servir, porém no momento que se estabelece as relações sociais, onde se efetiva o escambo dessa mercadoria, esta adquire um valor de troca.

O valor de troca é determinado por uma variedade de questões na qual se estabelece o processo de trabalho, onde é levado em conta a quantidade de trabalho humano (dispêndio de energia) e o tempo gasto para se efetivar a produção desta mercadoria e o seu grau de utilidade. Sendo assim, segundo Silva (2009), o valor desta mercadoria se constitui apenas em uma realidade social, na qual só se manifesta no momento em que se estabelece a relação social onde uma mercadoria é trocada por outra. O valor passa a ter mais visibilidade como valor de troca na sociedade a partir do momento em que “as mercadorias se confrontam na troca e o valor de troca passa a ter um valor independente de qualquer mercadoria específica, como o dinheiro” (SILVA, 2009, p. 45). O dinheiro se estabelece como um meio que paga a mercadoria, de acordo com o preço que esta vale no mercado.

Sendo assim para que se estabeleça o processo de produção de capital, é preciso entender que a produção já não é mais criada com a finalidade de atender exigências de sobrevivência particulares, mas sim como intuito de troca-las por dinheiro e assim acumular riquezas. Dessa forma, dá-se origem as empresas e indústrias de produção, onde o possuidor dos meios de produção absorve para a sua empresa os trabalhadores que se encontram livres para o trabalho para que estes, com a sua capacidade de produzir bens, executem suas forças produtivas e estabeleçam entre si as relações de produção. Esses trabalhadores recebem uma remuneração, a qual deveria equivaler às suas forças produtivas, porém o capitalista expropria uma parte deste valor (mais-valia) para acumular riquezas. Dessa forma é possível compreender que o dinheiro só é considerado capital no processo de produção capitalista, onde “os trabalhadores produzem a riqueza através do seu trabalho, no entanto apenas o capitalista se apropria dela” (FRAGA, 2011, p. 16).

Ressalta-se que o trabalhador na sociedade capitalista vende a sua força de trabalho para que possa ter dinheiro e assim adquirir os meios que estabeleçam o atendimento de suas

necessidades básicas. Os bens de consumo que antes este trabalhador produzia para si, obtendo apenas valor de uso, agora é produzido para quem possui os meios de produção. Dessa forma este objeto não se constitui mais como um produto para quem a produziu, mas sim como uma mercadoria onde, para adquiri-la, é necessário comprá-la com o salário que lhes é pago.

Sendo assim, cabe reforçar que na sociedade capitalista, onde os trabalhadores necessitam consumir os meios que possam suprir as suas necessidades básicas, o trabalho se constitui como um elemento central para que as pessoas possam manter a sua sobrevivência.

2.3. MUTAÇÕES OCORRIDAS NA ESFERA DO TRABALHO E AS SUAS CONSEQUENCIAS PARA A CLASSE TRABALHADORA.

De acordo com as análises realizadas nos itens anteriores, foi possível verificar que o trabalho ao longo do tempo tem se constituído em uma categoria fundamental e necessária para estabelecer aos cidadãos melhores condições de sobrevivência, pois é através do trabalho que o ser humano consegue obter subsídios para adquirir determinados elementos que atendam as suas necessidades básicas. Dessa forma a categoria trabalho tem se configurado historicamente em um elemento de extrema importância para manter a qualidade de vida das pessoas.

No entanto, desde o final do século passado esta categoria tão importante para a humanidade vem passando por um processo de extremas modificações em seu modo de organização, para atender os interesses de acumulação de capital. “Notadamente no ultimo quartel do século XX, o capitalismo tem vivenciado um quadro crítico de grande complexidade. Esta crise tem gerado, entre tantas consequências, profundas mudanças no interior do mundo do trabalho”. (RIBEIRO, LÉDA, GAMBA, BANDEIRA, 2002, p. 76).

Transformações históricas de monta alteraram a face do capitalismo e de nossas sociedades na America Latina nas ultimas três décadas. Em resposta a uma onda de longa crise (MANDEL, 1985), o capitalismo avançou em sua vocação de internacionalizar a produção e os mercados, aprofundando o desenvolvimento desigual e combinado entre as nações e no seu interior entre classes e grupos sociais

no âmago das relações dialéticas entre imperialismo e dependência. (IAMAMOTO, 2009,p. 14)

De acordo com a afirmação de Silva (2009) o capitalismo, desde a sua criação, tem a sua trajetória histórica assinalada por crises originárias das contradições existentes nas suas condições de acumulação de capital, sendo que “nas últimas décadas, sobretudo no início dos anos 70, o capitalismo se viu frente a um quadro crítico acentuado” (ANTUNES, 1997, p. 35).

Para estabelecer o enfrentamento dessas crises teve-se a necessidade de instituir “um amplo processo de reestruturação do capital” (ANTUNES, 1997, p. 35), com o intuito de recuperar o seu ciclo reprodutivo. Dessa forma implantou-se o processo de reestruturação de produção do capital, onde se teve a reorganização na esfera econômica, social, política e ideológica, transformações essas de ordens diversas na qual desencadearam forte impacto para a sociedade, principalmente à classe trabalhadora.

Os países passam a preconizar, por intermédio de organismos multilaterais, “ajustes estruturais” por parte dos Estados nacionais: ajustes esses que dão livre curso ao capital especulativo financeiro destituído de regulamentações, voltado à lucratividade dos grandes conglomerados multinacionais. (IAMAMOTO, 2009, p. 14)

Tanto os países de capitalismo periférico quanto os de capitalismo avançado tiveram a sua trajetória marcada por crises e, para o seu enfrentamento, adotaram as mesmas estratégias de reorganização da produção de capital, tendo como alvo a categoria trabalho. Esse processo ocorreu em épocas e formas diferentes, mas foi a partir da década de 1970 que esses países desenvolveram “condições subordinadas às regras criadas pelos países centrais” (Silva 2009, p.20). As estratégias utilizadas se referiam a forma “de reestruturar o padrão produtivo estruturado sobre o binômio taylorismo e fordismo, procurando repor os patamares de acumulação existentes nos períodos anteriores” (ANTUNES, 2002, p.36). As consequências negativas vindas desse processo se manifestaram através do agravamento das expressões da questão social.

Sendo assim, compreende-se que nestas três últimas décadas, o contexto da realidade brasileira também foi marcado por essas grandes modificações tanto na esfera econômica,

política e social a fim de dar respostas à crise de capital de modo que pudesse enfrentá-la, desencadeando, por consequência dessas transformações, uma grande onda de reestruturações em diversos segmentos que montam a sociedade.

Foram de grande monta as transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil [...] Mutações políticas com o advento do receituário e da pragmática neoliberais, desencadeando desregulamentações nas distintas esferas sociopolíticas. Houve também transformações no plano de organização sociotécnica do universo produtivo, redesenho da divisão internacional do trabalho, metamorfoses no mundo do trabalho e no espaço de organização sindical, reterritorialização da produção, dentre tantas outras consequências. (ANTUNES; SILVA, 2010, p. 15).

Silva (2009, p.82) afirma que esse processo de reestruturação produtiva tem seu início na década de 1970, mas só começa a ter seus indícios mais expressivos na sociedade a partir da década de 1980 para de “ampliar a capacidade competitiva das empresas nacionais em um cenário internacional de forte concorrência e crescente instabilidade econômica”, sendo mais visíveis na indústria automobilística através:

(...) Da racionalização organizacional das empresas e de suas respectivas linhas de produção; da adoção de programas de qualidade total, do envolvimento induzido da força de trabalho em todas as etapas do processo produtivo; da renovação de métodos e processos de trabalho; do uso de sistemas de automação e de outras iniciativas direcionadas para o aperfeiçoamento tecnológico. (SILVA, 2009, p. 82).

Segundo as afirmações de Antunes (2010, p.17), foi a partir da década de 1990 que as políticas neoliberais se desenvolveram ainda mais intensamente no país, onde o processo de reestruturação produtiva tornou-se ainda mais expressivo na sociedade quando as empresas passaram a procurar novas formas de estabelecer a produção e organização do trabalho através “da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho” (ANTUNES, 2010, p. 17), desencadeando, dessa maneira, o aumento da exploração da força de trabalho e transformações no processo tecnológico internacional.

Assim sendo a reestruturação produtiva intensificada a partir de 1990 no país teve na abertura comercial ao mercado externo uma das razões para se desenvolver. Essa abertura exigia produtos nacionais variados, de melhor qualidade e preços competitivos. Isso levou as empresas nacionais a promoverem profundas transformações em seus processos produtivos e modo de gestão da força de trabalho, na diminuição dos postos de trabalho, no aviltamento do valor dos salários e no aumento da informalidade do trabalho, gerando um quadro de precarização das condições e relações de trabalho de parte expressiva da força de trabalho do país. (SILVA, 2009, p. 83).

É possível entender então que este processo foi implantado nas esferas produtivas com o intuito de diminuir os gastos das empresas e aumentar a produtividade, reorganizando e redefinindo o modo de como os trabalhadores efetivavam o processo de produção e, também, a esfera das relações sociais. Este processo foi portanto:

A estratégia fundamental na determinação das mudanças no mundo do trabalho, cujas manifestações se traduzem, principalmente: em um novo modo de organizar a produção, baseado em métodos e processos de trabalho sustentados na automação de base microeletrônica; em novas formas de gestão da força de trabalho, direcionadas para a busca da conciliação de classes; na diminuição da criação e oferta dos postos de trabalho e em relações e condições de trabalho precarizadas, fundadas na desregulamentação dos direitos conquistados pelos trabalhadores. (SILVA, 2009, p. 20)

Destaca-se que o trabalho sustentado pela automação e base microeletrônica se insere na esfera do trabalho através do processo de globalização e avanço tecnológico com o discurso de trazer melhorias para a sociedade, porém essas melhorias não incluem a categoria trabalho, fortalecendo o processo de reestruturação produtiva substituindo o trabalho vivo (realizado pela força de trabalho das pessoas, classe operária) pelo trabalho morto (máquinas e equipamentos tecnológicos entre outros), onde o número de trabalhadores foi reduzido apenas ao número necessário de mão de obra para efetivar o funcionamento dos equipamentos tecnológicos. Dessa forma teve-se o rápido aumento da produção, poucos trabalhadores inseridos dentro do mercado e, conseqüentemente, baixos salários a serem pagos para os trabalhadores e, assim, a diminuição dos gastos das empresas e aumento do capital. Sendo assim houve a ampliação no número de desemprego nas sociedades atingidas por esse processo, contribuindo para o agravamento da superpopulação que se encontra fora do

mercado de trabalho, formando-se então o chamado, por Karl Marx, exército industrial de reserva ou população relativa excedente. Dessa maneira, assim como afirma Costa (2005, p.2), esse processo trouxe para a sociedade melhorias para a acumulação de capital e a desvalorização e precarização da força de trabalho.

Ainda estando de acordo com Costa (2005) as expressões da questão social vindas deste processo só começam a assumir uma forma mais visível na sociedade a partir da década de 1980, assim como já assinalado anteriormente, agravando-se mais ainda nas décadas seguintes, pois com as mudanças efetivadas nas diversas esferas da sociedade, principalmente no campo do trabalho, desencadearam para a classe trabalhadora uma onda de fragilizações e precarização, diminuindo as chances de manterem uma melhor qualidade de vida. Sendo assim, conforme afirma Iamamoto (2009, p.14), todo esse processo de transformações:

[...] afeta radicalmente as condições de vida, de trabalho, assim como as expressões políticas e culturais dos distintos segmentos de trabalhadores aos quais se dirige a atividade profissional, em decorrência da radicalização das desigualdades em um contexto de retração das lutas sociais ante os dilemas do desemprego, da desregulamentação das relações de trabalho e da (re) concentração da propriedade fundiária ao grande capital internacional.

Dessa forma é possível compreender que essas transformações contribuíram para que a crise de capital fosse devidamente superada, mas para a classe trabalhadora esse processo desencadeou uma variedade de questões adversas tais como o aumento do índice de desigualdades sociais, pois com a redução e precarização dos direitos trabalhistas e com a diminuição dos postos de trabalho, grande parte desta população passou a viver em condições de vulnerabilidade social obtendo, assim, dificuldades de manter as suas necessidades básicas. Destaca-se que parte desses trabalhadores acabaram ficando em situação de rua, pelo fato de não ter mais aquilo que se constitui como necessário para atender as suas exigências de sobrevivência, ‘o trabalho’. Dessa maneira, é possível afirmar que “a população em situação de rua é parte da classe trabalhadora impossibilitada de vender sua força de trabalho e acaba por vivenciar tal situação” (GRAZZIOLA, 2011, p.1).

Mas mesmo que estejam desempregados, vivendo sob condições de extrema vulnerabilidade, as pessoas que se encontram em condição de rua procuram alternativas para

sobreviver nos logradouros públicos. Pode-se verificar através de estudos e pesquisas que essas alternativas estão em grande parte relacionadas a atividades que lhes deem a garantia de alguma renda, constituindo-se assim em cidadãos trabalhadores. Sendo assim, o próximo capítulo irá abordar a questão das estratégias de sobrevivência da população em situação de rua, trazendo uma reflexão acerca do reconhecimento desta população como cidadãos trabalhadores.

3. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: PARCELA DA SOCIEDADE QUE VIVE DO TRABALHO PRECÁRIO

Conforme exposto no item anterior, desde a década de 1970 as sociedades capitalistas, inclusive a sociedade brasileira, vêm tendo a sua realidade marcada por transformações as quais atingiram diversas esferas da sociedade com o propósito de adequar o seu funcionamento às exigências capitalistas. Essas transformações desencadearam a grande parte dos cidadãos uma série de consequências negativas, a qual se manifestou através da diminuição dos seus direitos, no aumento das desigualdades sociais e, dessa maneira, no agravamento da questão social. Destaca-se que a classe trabalhadora foi quem mais sofreu com as consequências vindas desse processo, pois a categoria trabalho é que ocupou grande parte dessas transformações.

Sendo assim, desde a década de 1970 as pessoas que mantêm as suas necessidades básicas através do trabalho passaram a viver sob a insegurança de conseguir manter a sua qualidade de vida, pois estes vêm tendo desde esse período “a sua resistência política fragilizada e têm sido afligidos por inseguranças diante do aprofundamento do desemprego, da precarização do trabalho e da onda regressiva referente aos direitos derivados e dependentes do trabalho” (SILVA, 2009, p.37).

Diante desta realidade colocada para a classe trabalhadora a autora Costa (2005) analisa que nos anos anteriores a esta década a denominação para aqueles que ainda não estavam inseridos no mercado de trabalho se constituía como desempregados, sendo esses apenas uma exceção e tinham a possibilidade de fazer planejamentos da sua vida profissional e social. Anos mais tarde fica visível que “as melhorias econômicas já não apontam para a ampliação de empregos na sociedade brasileira, mas sim para a diminuição da força de trabalho e a flexibilidade das relações de trabalho” (COSTA, 2005, p.1-2).

Ainda de acordo com as reflexões da autora, essa realidade dificulta o modo dos trabalhadores estabelecerem sua sobrevivência, pois a sociedade capitalista é uma sociedade que exige consumo e para sobreviver nela as pessoas precisam do mercado para trabalhar, adquirir renda e, assim, adquirir produtos que atendam as suas necessidades básicas. Porém, o que vem ocorrendo desde as ultimas três décadas é que este mercado já não precisa mais da

força produtiva dos trabalhadores e, por este motivo, a maioria dos cidadãos que fazem parte da classe trabalhadora vem perdendo os seus empregos e passam a constituir o chamado exercito industrial de reserva ou superpopulação relativa, ficando apenas disponíveis para o trabalho.

A autora supracitada ressalta que na maioria dos casos quando esse mercado contrata a mão de obra do cidadão que está disponível para o mercado, este lhe oferece oportunidades precárias e salários muito baixos e, dentro dessas condições, grande parte dessas pessoas não consegue suprir as suas exigências básicas de sobrevivência e, dessa maneira, muitos acabam ficando em situação de pobreza extrema ou até mesmo em situação de rua. De acordo com Graziola (2011) as atuais de relações de trabalho é uma realidade que tem levado muitos trabalhadores a viver nos espaços das ruas.

Como consequência do desemprego e das precárias condições de trabalho e renda, as pessoas trabalhadoras começam a perder casa, documentos, vínculos familiares, direitos sociais, até que chega determinado momento em que perdem tudo e passam utilizar os logradouros públicos como uma alternativa de moradia e sobrevivência.

O que me leva pra rua é a dificuldade, é o trabalho e a casa pra morar que não tenho; pra morar precisa ter casa; a dificuldade faz a pessoa ir pra rua [...]. Eu nunca tive casa própria, sempre paguei aluguel, trabalhando,[...] e acabei na rua sem condições de pagar aluguel; tem que ter bom trabalho para ter casa, as duas coisas combinam: casa e trabalho. (SSF. MCN, 2010. *Apud* GRAZZIOLA, 2011,p.49)

Sendo assim, não obtendo trabalho e não obtendo renda suficiente que atenda as suas necessidades básicas as pessoas passam a viver, por consequência disso, em situação de pobreza extrema, e para sobreviver começam a criar estratégias que venham garantir a sua sobrevivência na sociedade.

Os estudos realizados acerca do fenômeno população em situação de rua apontam que as cidadãos que integram este segmento populacional recorrem a diversos meios e atividades estratégicas⁷ que deem a garantia de atendimento as necessidades básicas, tais como trabalhar

⁷ Além do trabalho precarizado oferecido pelas empresas.

em mais de um emprego, realizar atividades remuneradas informais⁸, dentre outras alternativas que lhes deem subsídios para o seu sustento. “Sobreviver nesse ambiente implica a criação e o exercício de estratégias variadas, que auxiliem na obtenção de alimento e abrigo, possibilitando sua sobrevivência e segurança.” (ALVES, KOLLER, SILVA, SANTOS, SILVA, REPPOLD, PRADE, 2002, p. 306).

3.1. ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVENCIA UTILIZADAS PELA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Para analisar as estratégias de sobrevivência da população em situação de rua no Brasil foi realizada uma pesquisa bibliográfica em textos, artigos, pesquisas e livros. De acordo com as informações obtidas a partir deste estudo constatou-se que grande parte dos homens e mulheres em situação de rua brasileiros, já tiveram em sua trajetória de vida alguma experiência profissional antes de perder a moradia e passar a viver em situação de rua. “O elenco das ocupações que exerciam abrange desde as categorias mais simples e de menor exigência de qualificação, até serviços técnicos e administrativos especializados”. (SCHOR, VIEIRA, 2010, p. 4).

Ainda segundo as informações obtidas nesta pesquisa bibliográfica, foi possível verificar que a partir do momento que estes trabalhadores passaram a integrar o fenômeno população em situação de rua, grande parte destas pessoas começaram a utilizar os logradouros públicos também como um espaço de obtenção de recursos para manter a sua subsistência, onde muitos desenvolvem atividades que geram renda.

Segundo Durães (2004), as atividades remuneradas realizadas nos espaços das ruas direcionadas para estabelecer a sobrevivência, muitas vezes contam com “a participação de auxiliares e ajudantes (familiares)” (DURÃES, 2004, p.65). Neste sentido é possível perceber

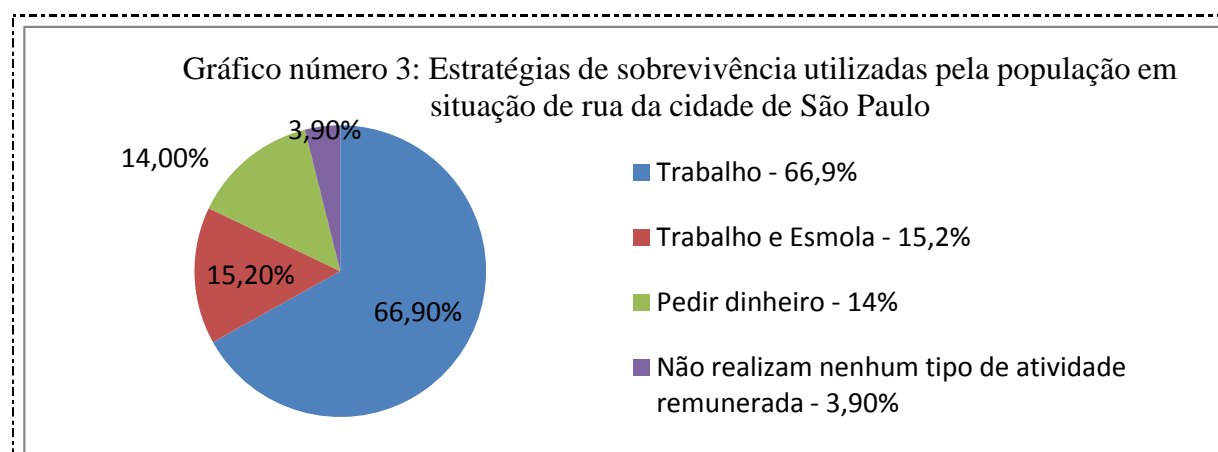
⁸ Segundo Durães (2004), o conceito de trabalho informal tem sido utilizado para entender ou delimitar um conjunto de atividades muito heterogêneas, tais como as atividades realizadas pelo trabalhador autônomo, o empregado assalariado sem carteira de trabalho assinada, o pequeno produtor, o trabalhador terceirizado, as cooperativas de trabalho, as atividades criminosas, dentre outras. Sendo que estas atividades também podem ser compreendidas como subemprego ou desemprego disfarçado. Sendo assim, a denominação de trabalho informal é utilizada para definir as “atividades não regulamentadas, tipicamente não capitalistas, direcionadas para a sobrevivência” (DURÃES, 2004, p.65) e, na maioria das vezes, são atividades que se desenvolvem nos espaços das ruas.

a presença de crianças nas vias públicas realizando atividades que lhes deem algum rendimento. De acordo com as afirmações de Alves, Koller, Silva, Santos, Silva, Reppold e Prade (2002), muitas vezes estas crianças desenvolvem atividades remuneradas para complementar a renda familiar. “A rua oferece meios de subsistência para as crianças de rua, através do exercício de tarefas pequenas e humildes, uma vez que sua idade impossibilita uma inserção legal no mercado de trabalho”. (ALVES, KOLLER, SILVA, SANTOS, SILVA, REPPOLD, PRADE, 2002, p.313)

A utilização dos espaços da rua como um local para estabelecer o exercício de atividades remuneradas, sejam elas formais ou informais, é uma estratégia de sobrevivência utilizada por grande parte da população em situação de rua de diversas faixas etárias.

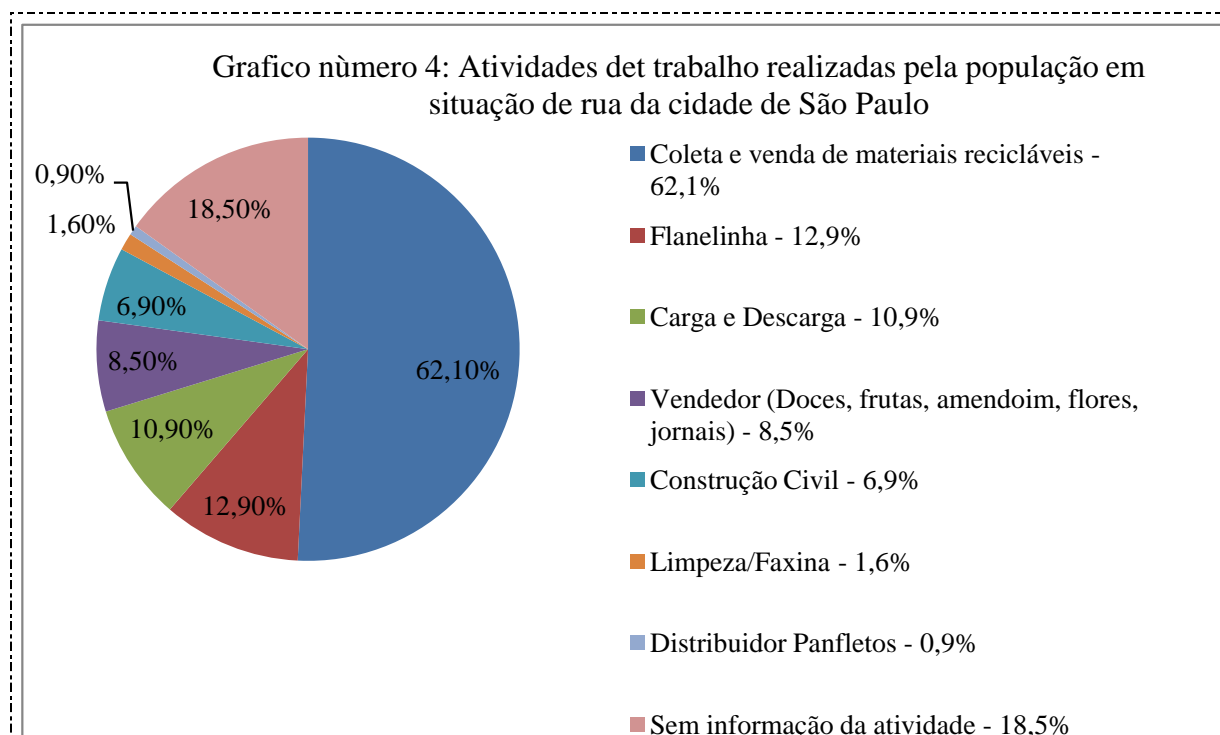
Estudos realizados em algumas cidades brasileiras tais como Porto Alegre, São Paulo e Salvador, identificaram que a população em situação de rua dessas localidades sobrevive nos logradouros públicos realizando atividades remuneradas diversas, sendo que a maioria encontra-se ligada ao trabalho informal.

Schor e Vieira (2010) ao delimitar os principais meios de sobrevivência da população em situação de rua da cidade de São Paulo identificaram que esta população sobrevive por meio de atividades informais que “geram renda monetária para satisfazer algumas de suas necessidades” (SHOR; VIEIRA, 2010, p. 4). De acordo com as informações obtidas através deste estudo, identificou-se que na cidade de São Paulo a população em situação de rua sobrevive por meio:



Fonte: Gráfico elaborado por Daiana dos Reis, em Junho de 2012, a partir de pesquisas elaboradas nos principais resultados do perfil socioeconômico da população de moradores de rua da área central de São Paulo, 2010.

Conforme foi possível observar no gráfico número 3 a maioria (66,9%) da população em situação de rua da cidade de São Paulo sobrevive por meio do trabalho. As atividades vinculadas ao trabalho que este segmento populacional desenvolve para sobreviver estão em sua maioria relacionados a:



Fonte: Gráfico elaborado por Daiana dos Reis, em Junho de 2012, a partir de pesquisas elaboradas nos principais resultados do perfil socioeconômico da população de moradores de rua da área central de São Paulo, 2010.

Através dos dados informados no gráfico número 4, foi possível observar que as relações de trabalho nas ruas de São Paulo são expressas através de atividades vinculadas a ocupações precárias, em sua maioria, sob a “a informalidade de trabalhos irregulares e não regulamentados”. Essas atividades “são exclusivamente direcionadas para a busca direta de sobrevivência” (DURÃES, 2004, p.59).

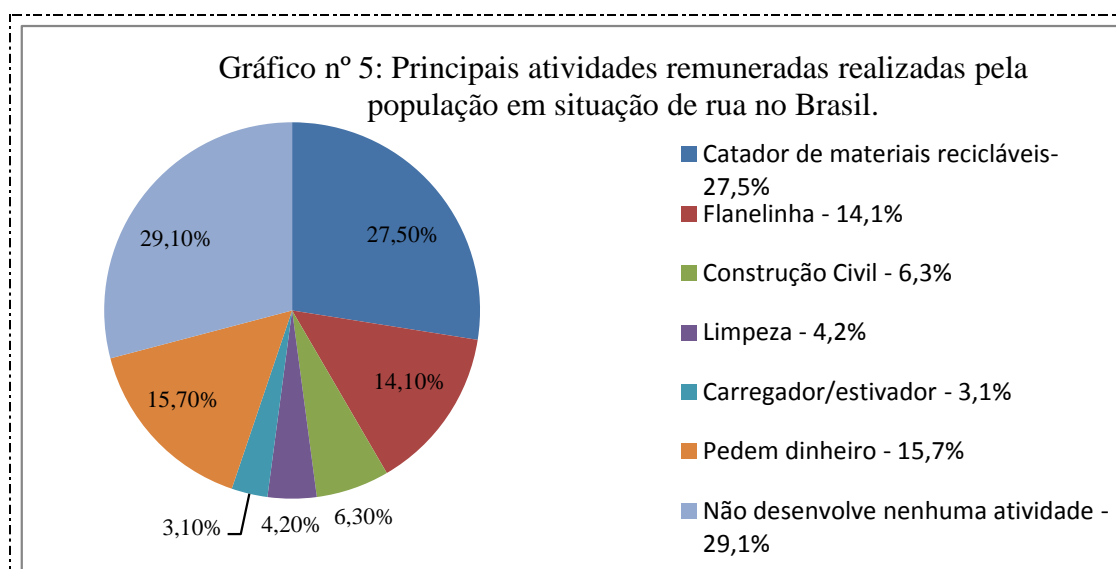
O autor Durães (2004) ao elaborar um estudo acerca da realidade vivenciada pela população em situação de rua na cidade de Salvador, identificou que os logradouros públicos desta cidade tem evidenciado a presença de moradores de rua que trabalham para poder sobreviver, sendo estes designados pelo autor como “trabalhadores de rua”. As estratégias de sobrevivência realizada pela população em situação de rua da cidade de Salvador são

expressas através de atividades remuneradas informais, tais como vendedores ambulantes, trabalhos domésticos e coleta de materiais recicláveis.

Tendo como referência o estudo de Grazziola (2011), este afirma que o levantamento⁹ realizado na cidade de Porto Alegre identificou que maior parte da população em situação de rua desta cidade também trabalham. Os dados informam que 81% da população em situação de rua de Porto Alegre possuem uma profissão, sendo que apenas 19,7% a exercem, “enquanto 5% declaram trabalhar com carteira de trabalho assinada e 32,2% realizam atividades informais nas ruas” (GRAZZIOLA, 2011, p.49)

A Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de rua (2008) ao procurar delimitar os meios que a população em situação de rua se utiliza para manter a sua sobrevivência em todo o universo da sociedade brasileira, identificou que a maioria desta população sobrevive nos espaços da rua realizando atividades que lhes deem a garantia de obtenção de renda, dessa forma este se constituem como cidadãos trabalhadores.

Conforme podemos observar no gráfico abaixo, as atividades remuneradas realizadas pela população em situação de rua em todo o território brasileiro estão em grande parte relacionadas a:



Fonte: Gráfico elaborado por Daiana dos Reis, em Junho de 2012, tendo como referência os dados disponíveis na Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua 2008.

⁹ Este levantamento foi um estudo realizado através da Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, no ano de 2007, através da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

De acordo com os dados informados no gráfico 3 é possível avaliar que a população em situação de rua brasileira é composta, em grande parte, por trabalhadores: 70,9% exercem alguma atividade remunerada. “Aqueles que pedem dinheiro para sobreviver constituem a minoria”. Este dado serve para desmistificar a ideia comumente presente na sociedade de que esta população é constituída por “mendigos”, “pedintes”.

Rozendo (2011) afirma que muitas pessoas ao estabelecerem uma reflexão a respeito da realidade vivenciada pela população em situação de rua, compreendem que este segmento populacional sobrevive apenas por meio da “mendicância”, “está implícito nos discursos o estereótipo de que na rua existem pessoas que tem como única capacidade o ato de pedir esmolas¹⁰” (ROZENDO, 2011, p.1). Porém, tendo como referência os estudos e pesquisas que procuram delinear e analisar as estratégias de sobrevivência deste segmento populacional, é possível verificar que pequena parte da população em situação de rua utiliza-se da “mendicância”, como sendo o seu principal meio de adquirir renda. “Apenas 15,7% das pessoas pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência.” (BRASIL, 2008, p. 10)

Conforme as afirmações de Rozendo (2011), diversos países do mundo, dentre eles encontra-se o Brasil, tem adotado uma estratégia que vem abrindo oportunidades para a população em situação de rua trabalhar e, assim, obter sua própria renda. Esta estratégia é um projeto social conhecido como mídia alternativa, onde são confeccionados revistas e jornais que abordam temáticas referente a realidade vivenciada pela população em situação de rua, são “revistas e jornais que abrem espaço para as vozes das pessoas em situação de risco social e por elas são vendidos” (ROZENDO, 2011, p.1).

Segundo a autora, no Brasil esse projeto encontra-se distribuído nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e em algumas cidades do nordeste. Este projeto foi adotado no Brasil como uma forma de eliminar o preconceito existente em relação a população em situação de rua e, principalmente, como uma medida estratégica a ser utilizada somente por este segmento populacional para adquirir renda por meio da venda dos jornais ou das revistas.

¹⁰ O autor Graziola (2011) ao debater sobre esta questão, afirma que a “mendicância” está relacionada ao modo de produção capitalista, pois as pessoas que realizam tal atividade nas ruas são “parte integrante do conceito marxista clássico de exército de reserva”, desta forma o autor conclui que a população em situação de rua que integra o grupo dos que pedem dinheiro nas vias públicas é parte da classe trabalhadora que não tem mais como vender a sua força de trabalho e acaba vivenciando tal situação.

É importante ressaltar que, conforme afirma a autora, esse projeto social tem se apresentado na sociedade como uma forte ferramenta, a qual modifica a realidade social das pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social e frequentemente são vítimas do preconceito, “haja vista que a população em situação de rua passa a ser notada como pessoas trabalhadoras”.

Destaca-se que os valores que esta população consegue adquirir por meio da venda desses jornais e revistas não são altos, sendo que muitos acabam realizando outras atividades que lhes mais uma garantia de renda para manter a sua subsistência.

A Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua (2008) constatou que a renda que este segmento populacional adquire por meio das atividades apresentadas no gráfico número 5 também se constituem em valores muito baixos, “a maioria (52,2%) recebe entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais” (BRASIL, 2008, p.7). Através destes dados é possível observar que as formas de trabalho e renda realizadas pela população em situação de rua lhes dão apenas a possibilidade de estabelecer a sua sobrevivência de forma precária na sociedade, se for analisarmos a probabilidade desta população sair da situação de rua por meio do trabalho que desenvolvem e da renda que adquirem, vamos observar que este se torna um desafio difícil em sua realidade, haja vista que vivemos em uma sociedade capitalista, onde, para sobreviver e ter segurança, é necessário trabalhar e ter renda estável que possa atender as necessidades básicas dos cidadãos. De acordo com Durães (2004, p.49) “a vivência nas ruas é permeada por trabalhos informais e rendimentos instáveis e a saída das ruas é vista como um processo que exige a aquisição de uma renda estável que atenda suas necessidades subjetivas”.

É importante destacar que, conforme analisa Silva (2009), mesmo que estejam vivendo nessas condições, o trabalho realizado pela população em situação de rua possui certa “relevância para o seu imaginário, estando associado à ideia de desenvolvimento, sucesso, acesso, poder e possibilidade de consumo” (SILVA, 2009, p.170). Dessa forma é possível afirmar que, mesmo que seja estabelecido de forma precária, o trabalho possui a fundamental importância de estabelecer a vida material das pessoas e de criar expectativas de viverem sob melhores condições de sobrevivência, sendo esta uma “lógica que sustenta a sociedade capitalista”.

3.2. A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS.

Como já observado, nos itens anteriores foram elaboradas análises a respeito da população em situação de rua no Brasil, tendo como principal referência a Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua (2008), dessa forma observamos dados referentes aos cidadãos que vivem nas ruas do território brasileiro de uma maneira geral. Porém, como já debatido no item 1.1.5, o fenômeno população em situação de rua possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta, e se formos estudar as características deste segmento em determinadas cidades vamos nos deparar com informações variadas.

Sendo assim, elaborou-se neste trabalho um estudo o qual procurou identificar as características socioeconômicas da população em situação de rua da cidade de Florianópolis. Para que fosse possível obter informações a respeito deste segmento populacional desta localidade, foi necessário realizar uma pesquisa documental¹¹ nos “relatórios de atendimento” disponibilizados pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua¹² (Centro Pop) do Município de Florianópolis.

A pesquisa abrangeu um total de 367 relatórios de atendimentos, os resultados obtidos através pesquisa refere-se a sete conjuntos de questões, quais sejam: 1) Faixa etária; 2)

¹¹ A pesquisa foi executada nos dias 27, 28 e 29 de Junho de 2012 no Centro Pop. A instituição possui uma sala de arquivos, onde são guardados em ordem alfabética todos os documentos que possuem registro da população em situação de rua atendida em Florianópolis. Estima-se que há em média um total de cinco a seis mil documentos com registros da população em situação de rua da cidade de Florianópolis. Na pesquisa foram selecionados de forma aleatória 367 documentos, os quais haviam registros da população em situação de rua atendida nas salas de atendimento do Centro Pop no período de outubro de 2011 a Junho de 2012 (Os 367 documentos não abrangem o total de documentos registrados nesse período, apenas uma parte deles).

¹² O Centro Pop de Florianópolis é uma instituição pública, vinculada com a secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF). Este Serviço é responsável em assegurar o atendimento especializado às demandas de média complexidade dos cidadãos que estão vivendo nas ruas do município. De acordo com o caderno de orientações técnicas do Centro Pop (2011, p.57), este serviço realiza o “atendimento especializado e encaminhamento a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência [...]. O espaço físico deve necessariamente ser capaz de promover o acesso dos usuários a espaços de guarda-pertences, de higiene, de alimentação. Poderá proporcionar endereço institucional para utilização, como referência, do usuário. No Serviço deve-se realizar o registro de dados de pessoas em situação de rua”.

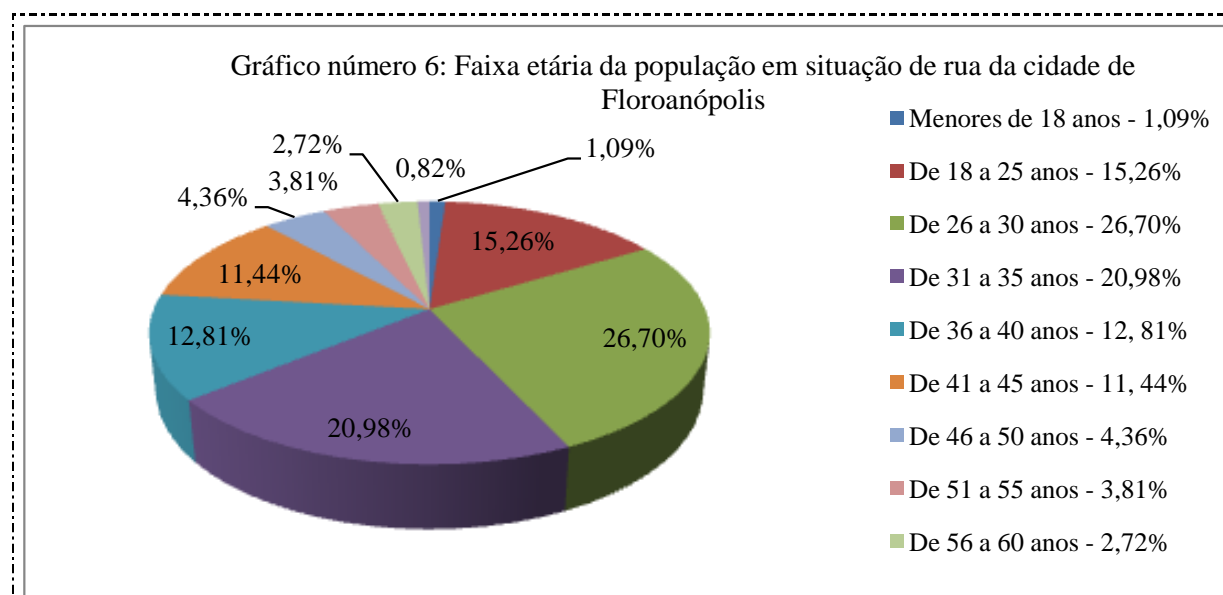
Escolaridade; 3) Procedência; 4) Tempo na rua; 5) Dependência química; 6) Vínculos familiares; 7) Trabalho e renda. Através destes dados pretende-se delinear uma amostra do perfil socioeconômico da população que utiliza os logradouros públicos de Florianópolis como o seu local de moradia e analisar quais as estratégias que este segmento se utiliza para estabelecer a sua sobrevivência na sociedade.

3.2.1. RESULTADO DA PESQUISA

Ao efetivar a pesquisa nos 367 relatórios de atendimento, foi possível verificar que a população em situação de rua da cidade de Florianópolis é constituída predominantemente por homens (um total de 92,64%). As mulheres em situação de rua constituem um total de 7,36%.

➤ Faixa etária

Deste total (367) de homens e mulheres vivendo em condições de vulnerabilidade, a maioria é formada por cidadãos adultos, sendo que a faixa etária dominante é de pessoas que possuem idade entre 26 a 30 anos completos (26,70%), assim como podemos observar no gráfico abaixo:

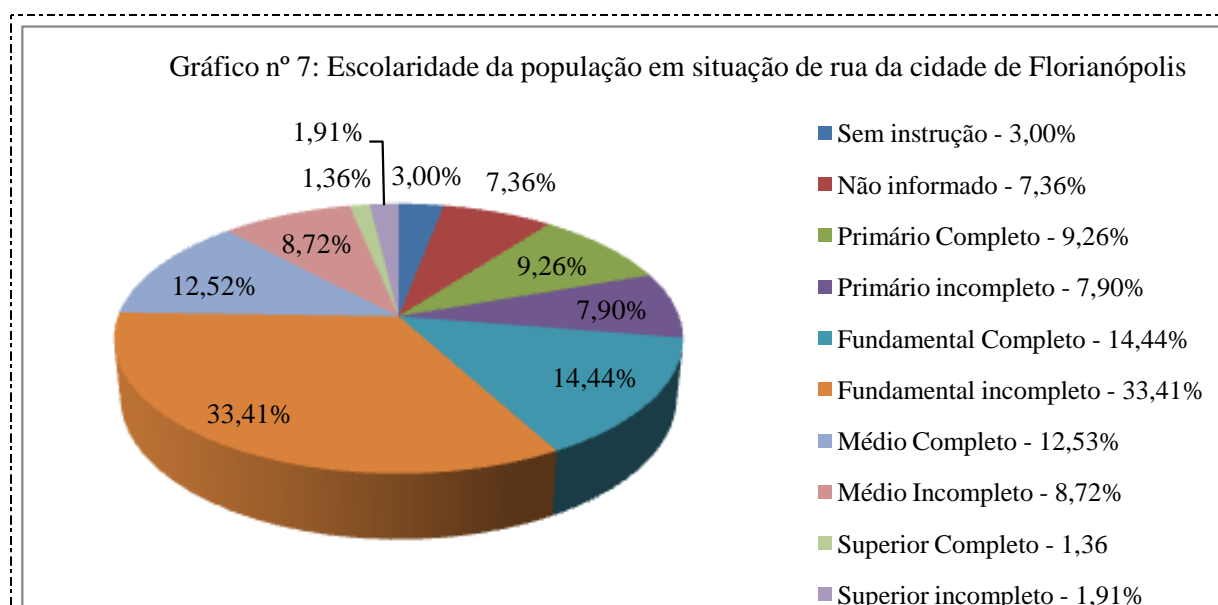


Fonte: Gráfico elaborado por Daiana dos Reis em Julho de 2012, a partir das informações obtidas através de pesquisa documental.

➤ Escolaridade

Outro fator considerado importante, o qual foi observado no momento de realização da pesquisa refere-se a questão da escolaridade das pessoas que vivem nos logradouros públicos do município de Florianópolis. Grande parte desta população teve a oportunidade de frequentar uma instituição de ensino e, dessa maneira, de se alfabetizar. O grau de instrução destas pessoas são variados e, de acordo com as informações do gráfico número 7, podemos observar que a escolaridade destes cidadãos abrange desde o ensino primário até o ensino superior.

As informações a respeito da escolaridade da população em situação de rua são dados importantes a serem apresentados, pois mostra que o fenômeno população em situação de rua pode atingir tanto pessoas que não possuem nenhum grau de instrução, quanto aqueles possuem maior escolaridade. Porém os maiores percentuais são da população com o ensino fundamental incompleto ou completo (33,41% e 14,44% respectivamente).



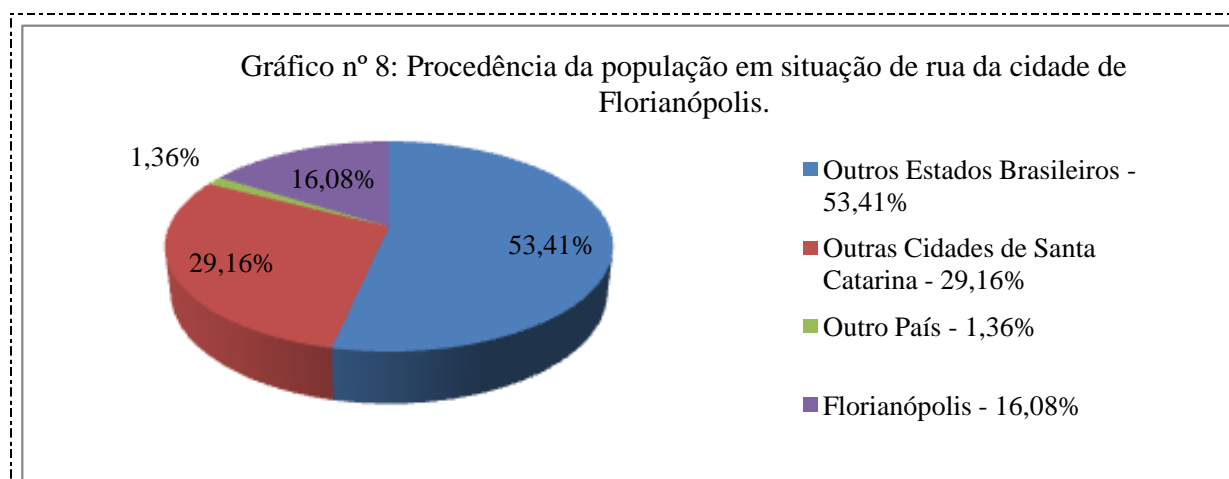
Fonte: Gráfico elaborado por Daiana dos Reis em Julho de 2012, a partir das informações obtidas através de pesquisa documental.

➤ Procedência

No que diz respeito a procedência da população em situação de rua de Florianópolis, foi possível observar que grande parte deste segmento é proveniente de outras localidades (83,93%).

De acordo com as informações descritas em alguns relatórios de atendimento, observou-se que a maioria desta população migrou de outras cidades de Santa Catarina ou de outros Estados brasileiros a procura de trabalho, porém ao chegar na cidade de Florianópolis se depararam com o desemprego e a falta de moradia, passando a viver em situação de rua. Sendo assim, é possível confirmar as análises realizadas por Silva (2009) quando esta afirma que uma das características do fenômeno população em situação de rua está relacionada a migração desta população de suas cidades aos grandes centros urbanos a procura de melhores oportunidades.

O gráfico abaixo (número 8), apresenta os dados referentes a procedência da população em situação de rua do município de Florianópolis.



Fonte: Gráfico elaborado por Daiana dos Reis em Julho de 2012, a partir das informações obtidas através de pesquisa documental.

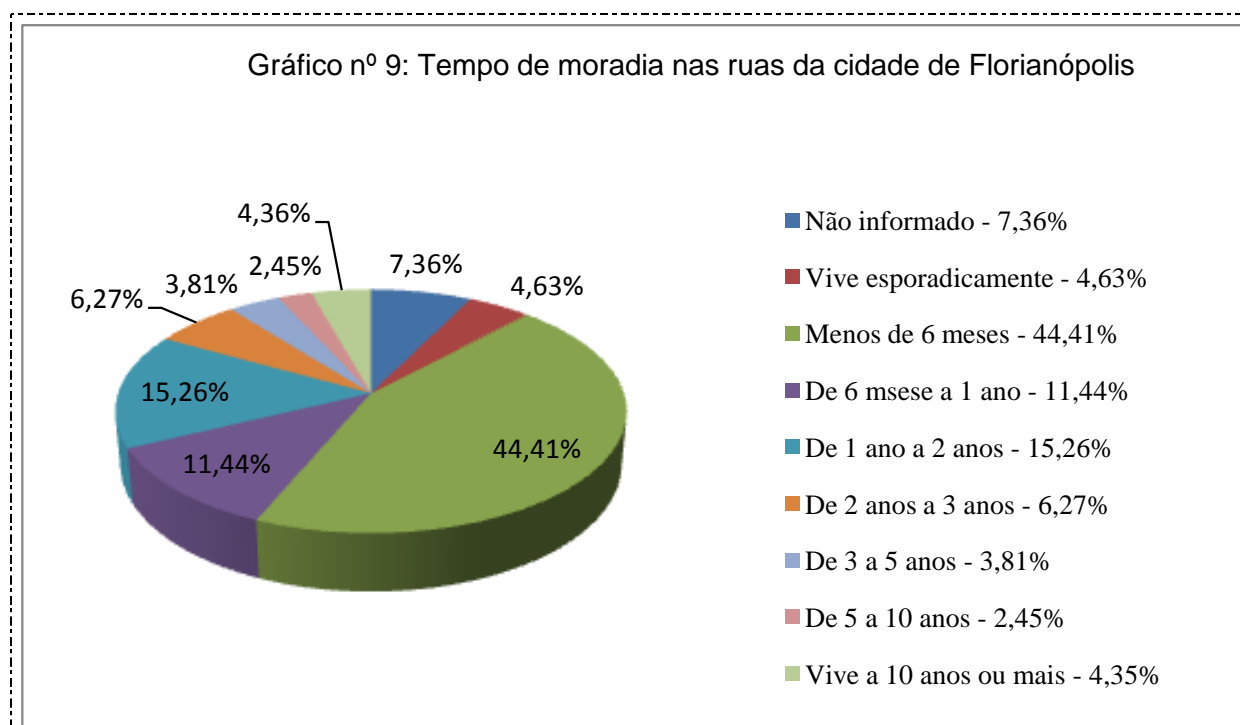
➤ Tempo na rua

Ao que se refere ao tempo que esta população está morando e sobrevivendo nos logradouros públicos de Florianópolis, verificou-se que a maioria está vivendo nessa condição a menos de 6 meses (44,41% do total).

É importante destacar que, segundo as informações documentadas, grande parte da população em situação de rua da cidade de Florianópolis está vivendo em condição de vulnerabilidade a menos de seis meses pelo fato de terem vindo de outras localidades (assim como já observamos no gráfico número 8) a procura de melhores condições de sobrevivência, porém ao chegarem na cidade de Florianópolis se depararam com uma realidade contrária ao

que esperavam. Algumas destas pessoas que consideram que a sua permanência na rua será estabelecida de forma temporária até o momento que conseguirem emprego ou melhores condições financeiras para estabelecer a sua moradia convencional.

O gráfico número 9, apresentado abaixo, mostra os dados referentes ao tempo que esta população está morando e sobrevivendo nos logradouros públicos da cidade de Florianópolis.



Fonte: Gráfico elaborado por Daiana dos Reis em Julho de 2012, a partir das informações obtidas através de pesquisa documental.

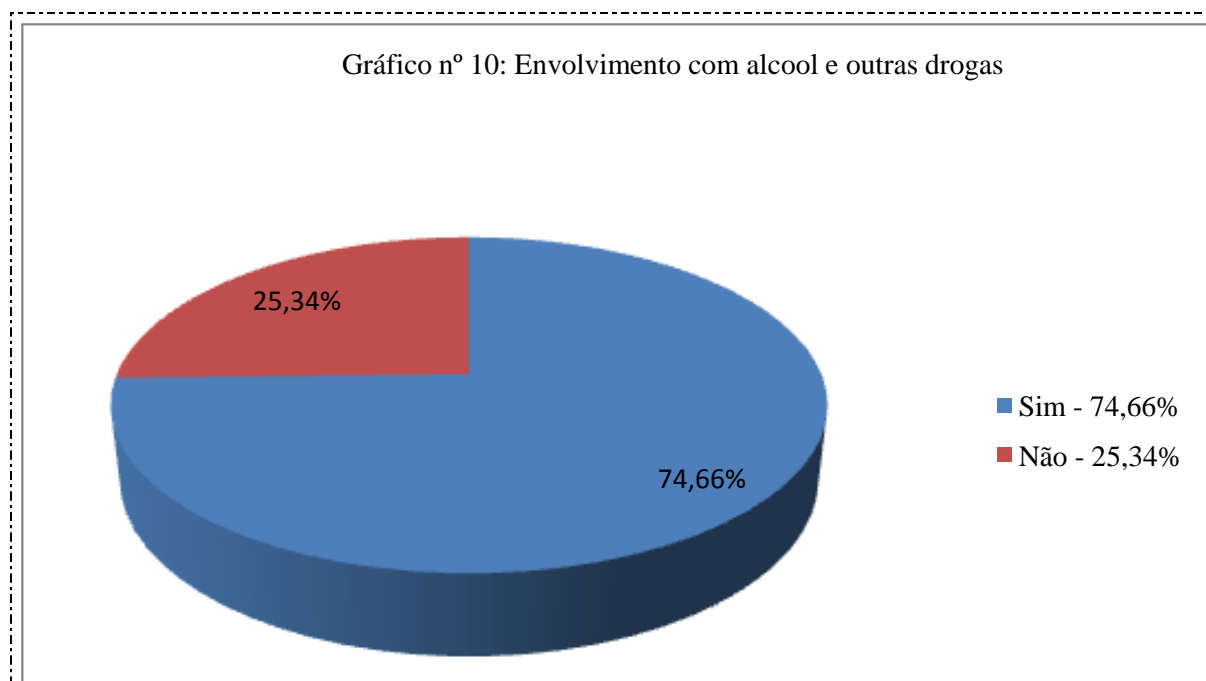
➤ **Envolvimento com álcool e outras drogas**

Um outro fator importante de ser observado na realidade da população em situação de rua de Florianópolis é a questão do envolvimento desta segmento com o álcool ou outras drogas, pois, conforme observamos no primeiro capítulo deste trabalho, muitas vezes o motivo das pessoas estarem vivendo em situação de rua pode estar relacionado ao o envolvimento com drogas.

Dos 367 relatórios de atendimento pesquisados, foi possível observar que um total de 74,66% desta população é usuária de álcool ou outras drogas. Segundo as informações descritas em alguns dos relatórios de atendimento, alguns moradores de rua afirmam que o

motivo de estarem vivendo em situação de rua está fortemente ligado com o seu envolvimento com álcool ou outras drogas.

Podemos observar abaixo o gráfico número 10, que mostra o resultado da pesquisa no que se refere a questão da utilização do álcool ou outras drogas.



Fonte: Gráfico elaborado por Daiana dos Reis em Julho de 2012, a partir das informações obtidas através de pesquisa documental.

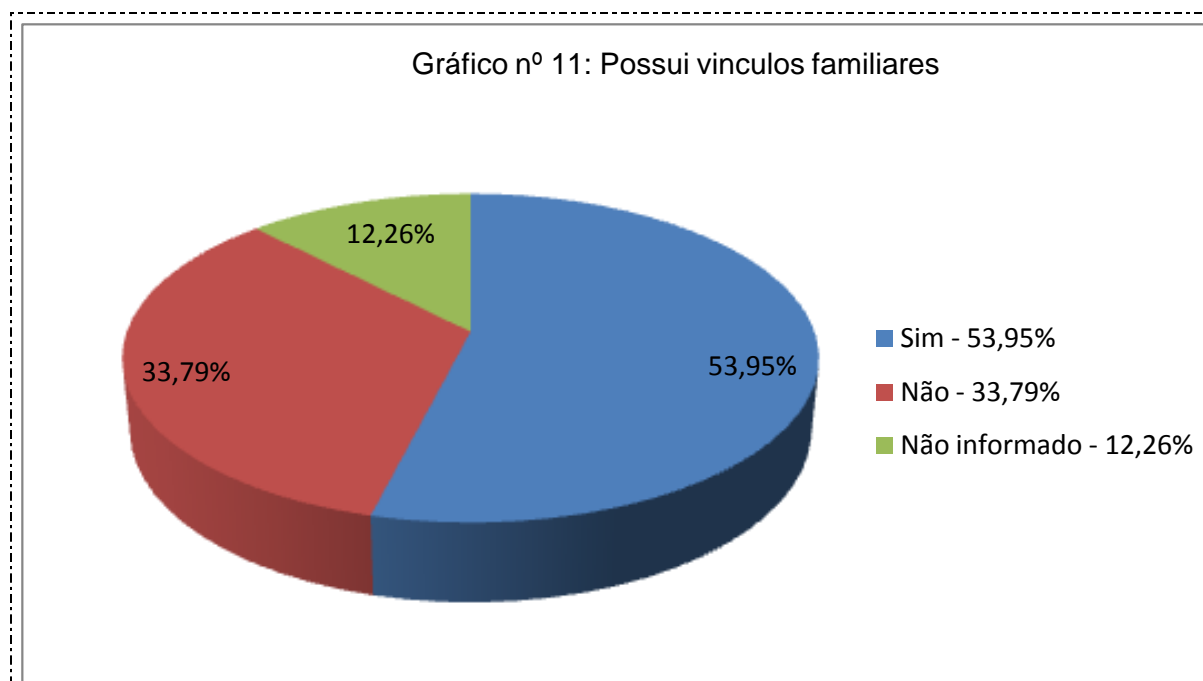
➤ Vínculos familiares

No que se refere a questão dos vínculos familiares observou-se nos relatórios de atendimento pesquisados que grande parte da população em situação de rua da cidade de Florianópolis possui vínculos com seus familiares. Segundo informações relatadas em alguns desses documentos, parte desta população estabelece contato com a família através de telefonemas¹³. Ainda de acordo com as informações registradas em alguns dos relatórios de atendimento, o motivo para essas pessoas estarem vivendo em situação de rua está relacionada a desentendimentos com familiares, perdendo assim o vínculo com estes. Observou-se também que parte daqueles que ainda possuem vínculos com a família, não retornam ao convívio familiar pelo fato de terem algum envolvimento com álcool e outras

¹³ É importante destacar que o Centro Pop disponibiliza à população em situação de rua a utilização do telefone da instituição para que estes possam estabelecer seus contatos.

drogas e, por este motivo, sentem-se de uma certa forma desconfortáveis para retornar ao convívio doméstico.

O gráfico abaixo, número 11, demonstra o resultado da pesquisa no que se refere aos vínculos familiares.



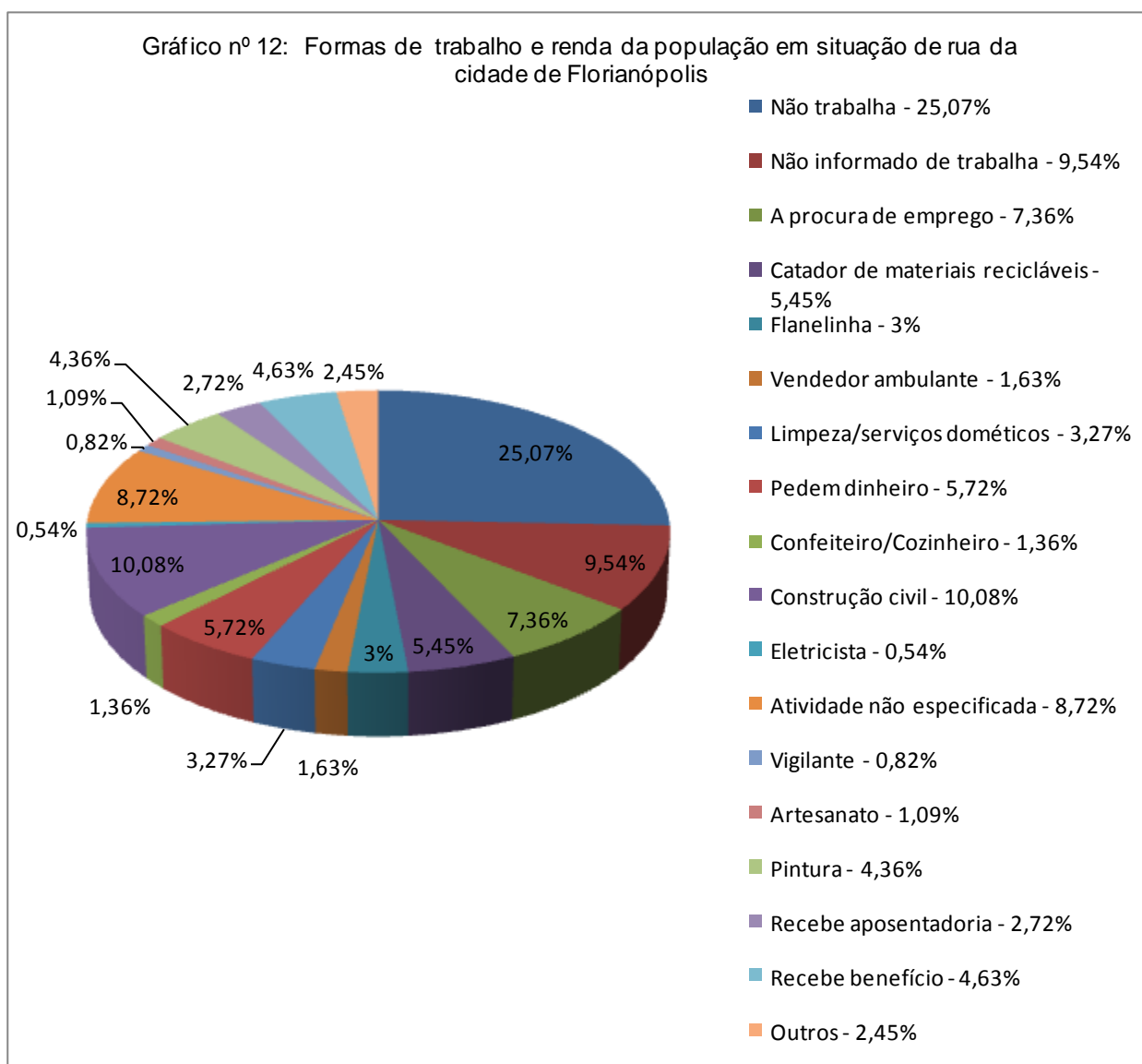
Fonte: Gráfico elaborado por Daiana dos Reis em Julho de 2012, a partir das informações obtidas através de pesquisa documental.

➤ Trabalho e renda

Conforme já debatido nos itens anteriores, a pessoa que utiliza os logradouros públicos como o seu lugar de moradia precisa criar estratégias que venham assegurar a sua sobrevivência na sociedade. Observou-se que em diversas localidades brasileiras, o segmento populacional que vive nesta condição de vulnerabilidade criam nos espaços das ruas estratégias de sobrevivência variadas, sendo que a maioria está ligada a alguma atividade que gera renda.

Na pesquisa realizada através dos documentos do Centro Pop, foi possível observar que a população em situação de rua da cidade de Florianópolis também sobrevive por meio da realização de diversas atividades que se constituem em meios estratégicos para sobreviver. Conforme podemos observar no gráfico abaixo, as principais estratégias de sobrevivência

utilizadas por este segmento populacional que vive nas ruas de Florianópolis estão ligadas em sua maioria a atividades laborais, quais sejam:



Fonte: Gráfico elaborado por Daiana dos Reis em Julho de 2012, a partir das informações obtidas através de pesquisa documental.

Nota: A opção que aparece no gráfico como sendo “outros” (2,45%) refere-se a outras formas trabalho desenvolvidas pela população em situação de rua da cidade de Florianópolis. Nos relatórios de atendimento, essas atividades estavam relacionadas a: manicure, mecânica, engraxate, soldador, Operador de microfilmagem, professor, jardineiro e empresário.

As atividades remuneradas realizadas pela população em situação de rua da cidade de Florianópolis tendem a concentrar-se em trabalhos autônomos (Catador de materiais recicláveis, flanelinha, vendedor ambulante, construção civil, limpeza e pintura), estas

atividades são estratégias direcionadas apenas para a busca da sobrevivência nas ruas, pois conforme afirma a Pesquisa Nacional Sobre População em situação de Rua, através destas atividades a população em situação de rua adquire um rendimento muito baixo, que lhes dá apenas a possibilidade de manter a sua sobrevivência de forma muito precária.

Observa-se ainda que parte da população em situação de rua da cidade de Florianópolis também desenvolve atividades remuneradas consideradas regulares (vigilante, cozinheiro/confeiteiro, professor, empresário, dentre outros). Sendo assim, avalia-se que o seu rendimento seja estável, porém este pode ser insuficiente para o atendimento de suas necessidades básicas, dessa forma, esses cidadãos acabam utilizando os logradouros públicos como o seu local de moradia. Segundo informações documentadas em alguns dos relatórios de atendimento, parte destes trabalhadores, sejam eles formais ou informais, desejam sair desta situação de vulnerabilidade social que se encontram inseridos, porém com as condições de trabalho e renda atuais e, com a quantidade de qualificações¹⁴ que o mercado exige de um trabalhador, torna-se cada vez mais difícil para esses cidadãos saírem de tal condição.

Tendo como referência os debates já realizados neste trabalho e as pesquisas que se referem às formas de trabalho e renda sobre a população em situação de rua em diversas localidades brasileiras, inclusive a cidade de Florianópolis, é possível avaliar que nas ruas as formas de trabalho e renda tendem a se estabelecer em atividades precárias que não lhes dão a possibilidade de sair desta condição de risco social, apenas permite que esta população possa manter de forma precária o atendimento de algumas necessidades de sobrevivência.

¹⁴ É possível verificar que, atualmente, a maioria das empresas exige profissionais qualificados, com cursos e experiência prática na área relacionada a vaga de emprego que oferecem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas neste Trabalho de Conclusão de Curso, pode-se concluir que o fenômeno população em situação de rua se configura em uma expressão da questão social, o qual teve o seu surgimento marcado pelo período em que os trabalhadores rurais e camponeses tiveram todos os seus bens expropriados e, por não conseguirem mais sobreviver nesse espaço, estes começaram a migrar do campo para as grandes cidades para serem absorvidos como trabalhadores assalariados pelas indústrias e, assim, estabelecerem melhores condições de sobrevivência. No entanto grande parte destes trabalhadores não foram contratados de imediato pelas indústrias e, dessa maneira, passaram a integrar o denominado exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, e a viver em condições de vulnerabilidade.

Para o capitalismo essa grande quantidade de trabalhadores desempregados era fundamental para garantir o acúmulo de riquezas, pois isso significava que ele poderia explorar essa população oferecendo-lhes trabalhos precários e renda insuficiente para manter a sua subsistência. Dessa forma a população trabalhadora tinha dificuldades de atender as suas exigências de sobrevivência, suas condições de trabalho e renda eram tão precárias e insuficientes para o atendimento de suas necessidades básicas que muitos passavam a morar e a sobreviver nos espaços da rua. Sendo assim, compreende-se que o fenômeno população em situação de rua é uma problemática social resultante da sociedade capitalista.

Algumas bibliografias utilizadas para fundamentar este estudo indicam que na contemporaneidade este fenômeno, assim como as demais expressões da questão social, assumiu novas características por causa do processo de transformações que ocorreram nos diversos segmentos da sociedade para atender as necessidades do capital e, conseqüentemente, reduzir os direitos dos trabalhadores. Sendo assim, o fenômeno população em situação de rua passa a se constituir em uma “nova” expressão da questão social na contemporaneidade, pois atualmente este fenômeno não é mais visto como uma questão fundamental para garantir o acúmulo de riquezas, mas sim como um grande problema para a sociedade.

A maneira de como esse “problema” é compreendido pelos demais cidadãos que não integram este segmento populacional se expressa através do preconceito. As pessoas tendem a criminalizar aqueles que estão vivendo nesta condição de risco social, acreditando que são apenas “mendigos”, que não querem desenvolver atividades que possam mudar a sua condição de vida. Essa compreensão de senso comum acerca da realidade destes cidadãos é uma questão que dificulta o enfrentamento desta realidade, pois o preconceito é uma questão que muitas vezes impede esta população de acessarem direitos que possam contribuir para a mudança da sua realidade.

Conforme os dados apresentados neste trabalho, é possível compreender que o fenômeno população em situação de rua é uma expressão da questão social que atinge pessoas de diferentes idades, com graus de instrução variados, já exerceram alguma profissão, enfim, é uma realidade que atinge pessoas com particularidades variadas, porém por causa de alguma desventura estes passaram a viver em condição de pobreza extrema.

Os fatores que ocasionam a situação de rua podem estar relacionados a uma variedade de questões, seja envolvimento com drogas, fragilização dos vínculos familiares, perda repentina da moradia, dentre demais adversidades que podem atingir a vida de um cidadão. Sendo assim, esse fenômeno possui múltiplas determinações, porém, conforme observado em pesquisas bibliográficas, o agravamento desta problemática encontra-se fortemente vinculado ao modo de como a sociedade vem se organizando política, econômica e socialmente, pois as mudanças efetivadas tem sido direcionadas ao atendimento das exigências capitalistas. A classe que vive do trabalho vem tendo, com esse processo, os seus direitos precarizados, pois a categoria trabalho é que mais teve sua organização reestruturada para se adaptar as exigências do capital. Grande parte da classe trabalhadora passa a viver em condições de pobreza extrema, chegando a utilizar a rua como o seu local de moradia, por conta de todo esse processo. Dessa maneira, compreende-se que o fenômeno população em situação de rua surge e se agrava de acordo com o modo de como se estrutura a sociedade capitalista.

As pessoas que utilizam as ruas como o seu local de moradia, tendem a criar estratégias que venham trazer a sua sobrevivência dentro da sociedade. Os dados da Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua (2008), as bibliografias utilizadas e, também, os resultados da pesquisa documental realizada no Centro Pop, mostram que os cidadãos que vivem nos logradouros públicos utilizam este espaço para realizarem atividades remuneradas,

as quais encontram-se na maioria dos casos vinculadas com as atividades de trabalho informal. Já que o mercado necessita menos da mão de obra do trabalhador, este passa a utilizar a sua força produtiva para a realização de trabalhos informais para sobreviverem na sociedade. A pesquisa mostrou que os trabalhadores muitas vezes utilizam os logradouros públicos como o seu local de moradia por não terem uma renda que atenda as suas necessidades básicas de sobrevivência e passam a viver nesta condição de vulnerabilidade social.

As pesquisas e estudos realizados neste trabalho acerca da realidade dos cidadãos em situação de rua mostram que a sua condição é uma realidade marcada pelas atuais relações de capital/trabalho. Os postos de trabalho vêm sendo reduzidos, assim como os direitos trabalhistas e, dessa maneira, mais trabalhadores passam a ficar apenas disponíveis para o trabalho. Essa parcela de trabalhadores, por terem seus direitos fragilizados e por não terem mais condições de manterem as suas necessidades básicas, passam a viver nas ruas e a criar estratégias que garantam sua sobrevivência.

Estas foram as questões que deram embasamento para a construção deste trabalho. Sendo assim, este estudo teve como objetivo levantar questões que viessem estabelecer o reconhecimento da população em situação de rua como cidadãos trabalhadores que tiveram os seus direitos violados e que realizam atividades de trabalho nas ruas por meio das mais diversas estratégias de sobrevivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Paola Biasoli; KOLLER, Sílvia Helena; SILVA, Aline Santos; SANTOS, Aline Longo do; SILVA, Milena Rosa da; REPPOLD, Caroline Tozzi; PRADÉ, Luciano Telles. Atividades Cotidianas de Crianças em Situação de Rua. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Set-Dez 2002, Vol. 18 n. 3. PP. 305-313.

ANTUNES, Ricardo L. C. Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo (SP): Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997. 155p

ANTUNES, Ricardo L. C. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed São Paulo (SP): Boitempo, 2002. 258p.

ANTUNES, Ricardo L. C; SILVA, Maria Aparecida Moraes. O avesso do trabalho. 2. ed São Paulo: Expressão Popular, 2010. 333 p.

BESSA, Décio. Cidadãos e Cidadãs em situação de rua: uma análise de discurso crítica da questão social. P.54-121. Tese (doutorado em linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BRASIL. Caderno de Orientações técnicas sobre o Centro de Referência Especializado para a população em Situação de Rua (Centro Pop) e sobre o Serviço Especializado para pessoas em Situação de Rua. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília, DF, Setembro de 2011.

BRASIL. Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Brasília, DF. Abril de 2008.

BOTTIL, Nadja Cristiane Lappann; CASTRO Carolina G.; FERREIRA, Mônica; SILVA, Ana Karla; OLIVEIRA, Ludmila C.; CASTRO, Ana Carolina H. O. A.; FONSECA, Leonardo L. K. Condições de Saúde da População de Rua da Cidade de Belo Horizonte. *Cadernos brasileiros de saúde mental*. Vol. 1 N.2. Out/Dez de 2009.

BULLA, Leônia Capaverde. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro. *Revista virtual Textos & Contextos*, nº 2, dez. 2003.

CARDOSO, Luis Antonio. A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. Tempo social, revista de sociologia da USP, V.23,N.2, p. 265 -295.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de Rua. Revista virtual textos & contextos, nº 4, Dez 2005.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. Trabalho informal, Sofrimento e alienação no século XXI: O trabalho nas ruas de Salvador. Monografia de Conclusão do Bacharelado em Ciências Sociais. UFBA. Salvador, 2004.

FRAGA, Patrícia. “A rua de todos”: Um estudo acerca do fenômeno população em situação de rua e os limites e possibilidades da rede de proteção no município de Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GRAZZIOLA, Roque. As Pessoas em Situação de Rua em Porto Alegre e seus dramas, tramas e manhas: a cooperação e solidariedade como forma de humanização. Dissertação de Pós-graduação em educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

HELOANI, Roberto. Gestão e organização no capitalismo globalizado: História da manipulação psicológica no mundo do trabalho. São Paulo. Atlas, 2003, p124-125.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília CEFESS/ABEPSS, 2009. P.16-50.

OLIVEIRA, Hilda Correa de. População de Rua, entrevista com Hilda Correa de Oliveira. Disponível em: <http://servicosocialja.com.br/artigos/2011/populacao-rua-entrevista-hilda>, Outubro de 2011. Data de acesso: 24/07/2012.

PASTORINI, Alejandra. A categoria questão social em debate. São Paulo, Cortez. 2004. P. 44-75)

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; LÉDA, Denise Bessa; GAMBA, Moara de Oliveira; BANDEIRA, Yonara Miranda. Mutações no mundo do trabalho e desumanização do indivíduo. Cad. Pesq., São Luís, v.13, n.2, p.75-86, Jul./dez. 2002.

ROZENDO, Suzana da Silva. Informações da Aurora: voz às pessoas em situação de rua. Universidade Federal de Santa Catarina. Revista eletrônica mutações. Julho/Dezembro, 2011. P. 1-10.

SHOR, Silvia Maria; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. Principais resultados do perfil socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. 2010. P. 2-23.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Trabalho e população em situação de rua no Brasil. São Paulo. Cortez, 2009.

STEIM, Rosa Helena. A (nova) questão social e as estratégias para o seu enfrentamento. 2010. P. 134-168. Acesso em 24/06/2012. Disponível em: seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/235/379.

SUDBRACK, Umberto Guaspari. O extermínio de Meninos de rua no Brasil. São Paulo, 2004, p. 22 – 30.